



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE CORIBE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Coribe - Bahia.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar da presente licitação empresas do ramo que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos.

LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

Data: 09 de maio de 2024 - quinta-feira - adiada

Hora: 09hs00min

Local: Prefeitura Municipal de Coribe

Rua Bandeirantes, 285

Centro

Coribe - Bahia - CEP 47.690-000

Murillo Ferreira Viana
Prefeito



ÍNDICE

1.	DO OBJETO
2.	DO VALOR ESTIMADO
3.	DA RESPONSABILIDADE DE PROPOSTAS SÉRIAS, IDONEAS E FIRMES
4.	DAS MULTAS PARA PROPOSTAS DESISTENTES OU MODO INIDÔNEO
5.	DO CREDENCIAMENTO
6.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
7.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
8.	DA VISTORIA
9.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
10.	DA ABERTURA DA SESSÃO, PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
11.	DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS - JULGAMENTO
12.	DA FASE DE HABILITAÇÃO
13.	DO CHAT NA SESSÃO - INTERAÇÕES DO PREGOEIRO COM LICITANTES
14.	DOS RECURSOS
15.	DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
16.	DA AMOSTRA
17.	DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
18.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
19.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
20.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
21.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
22.	DOS ANEXOS
23.	DO FORO



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 025/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE CORIBE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Bandeirantes, 285, Centro, Coribe, Bahia, CEP 47.690-000, inscrito no CNPJ n.º 13.912.084/0001-81, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade Pregão, na forma Presencial, do tipo menor preço, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, à Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990; ao Decreto Municipal n.º 011, de 01 de fevereiro de 2011, à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações da Lei Complementar n.º 147/2014 e Lei Complementar n.º 155/2016, e subsidiariamente à Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos:

Data de entrega e abertura dos envelopes: **09 de maio de 2024 - quinta-feira adiada**

Horário: **09hs00min - horário local**

Endereço eletrônico: **www.comprasnet.gov.br**

Código UASG da Câmara: **926.606**

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto o Pregão Eletrônico para a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de prédios públicos das Secretarias do Município de Coribe - Bahia, atendendo às especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações dos itens descritas no sistema Comprasnet e as **especificações constantes no Termo de Referência**, prevalecerão sempre as últimas.

1.1.2. As empresas licitantes deverão apresentar propostas em observância às especificações e exigências mínimas contidas no **Termo de Referência**, considerando que será por meio deste que será verificado a aceitabilidade das propostas.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 06 (seis) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem por tratar-se de grupo único.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço total do grupo**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO VALOR ESTIMADO



2.1. O orçamento estimado da contratação **não tem caráter sigiloso**, por haver plena divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para elaboração das propostas, em entendimento ao contido no art. 24º da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, assim os valores obtidos mediante a Composição do Preços Unitários, ficaram assim previstos como valores máximos aceitáveis:

Resultado - Secretarias Municipais - Estimativa Anual	
Secretaria Municipal de Administração	R\$ 222.942,24
Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$ 168.083,28
Secretaria Municipal de Saúde	R\$ 2.387.957,88
Valor Anual - Estimado	R\$ 2.778.983,40

2.2. Objetivamente a verificação dos preços praticados no mercado, foram realizadas as composições dos preços e seus insumos e mão de obra de cada um dos preços estimados, mediante análise das composições realizadas pelos estudos técnicos, insumos, legislação, convenções coletivas de trabalho e demais despesas inerentes ao serviços, em atendimento ao contido no Inciso III, Artigo 23º da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, que orienta dentre outras a utilização de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal.

2.3. O Município de Coribe para a realização deste Termo de Referência e o Instrumento Convocatório, além dos processos anteriores, realizou pesquisas em documentos de órgãos competentes e em publicações, conforme demonstrado abaixo

2.3.1. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Caderno Técnico - Composição dos Custos dos Valores Limites - Serviços de Limpeza Unidade da Federação Bahia - Ano 2017 - Guia de Orientação sobre os aspectos gerais na contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, nos termos da Portaria n.º 7, de 13 de abril de 2015, e alterações posteriores;

2.3.1.1. O Município adotou como referência o Caderno Técnico, considerando tratar-se de uma base consubstanciada em dados advindos Convenção Coletiva de Trabalho e nos dados estatísticos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED/MTE, da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/MTE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE, do Registro Civil - IBGE e, ainda, estatísticas sobre saúde e segurança do trabalhador disponibilizadas pelo INSS.

2.3.1.2. Pertinente aos valores existem aspectos que não foram considerados para efeito de cálculos dos valores estimados, considerando a realidade dos serviços, a estrutura objeto do certame e demais dados somente aplicáveis a realidade do Município, o que consignaram valores menores aos dispostos no Caderno Técnico o que não os torna inexequíveis.

2.3.2. Caderno de Logística - Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação - Ano 2014 - Guia de Orientação sobre os aspectos gerais na contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, nos termos da Instrução Normativa n.º 02, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores;



2.3.3. Edital do Pregão Eletrônico n.º 018/2015 do Tribunal de Contas da União - TCU -, cujo objeto é contratação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização nas dependências da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado de São Paulo - Secex - SP;

2.3.4. Caderno Técnico - Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites - Serviços com a atualização dos valores de 2019 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo sido utilizado uma Média Nacional dos valores e que apenas balizados os valores estimados emanados das composições, considerando que o do Estado da Bahia está desatualizado deste 2017, tendo sido realizado a aplicação do IPCA acumulado para uma atualização dos custos basilares;

2.3.5. Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2024 - Número de Registro no Ministério do Trabalho e Emprego: BA000001/2024 - Data de Registro no MTE: 02/01/2024 Vigente - SEAC - Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação da Bahia - CNPJ n.º 13.713.607/0001-60 e o SINDILIMP - BA - Sindicato Trabalho Limpeza Pública, Comércio, Indústria, Hospitalar, Asseio, Prestação de Serviços em Geral, Conservação, Jardinagem - CNPJ n.º 32.700.148/0001-25

3. DA RESPONSABILIDADE DE PROPOSTAS SÉRIAS, IDONEAS E FIRMES

3.1. O Município de Jaborandi, em processos licitatórios realizados sobre a modalidade de Concorrência Eletrônica, passou e passa por dificuldades e transtornos ocasionados diretamente e indiretamente por irresponsabilidade de empresas licitantes que participam das licitações, as quais durante os certames e até posteriormente, o que é pior, “*simplesmente*” solicitam à desclassificação, desconsideração ou informam que tratou-se de um “*erro*” ou “*equivoco*”. Destacamos, afirmamos e reiteramos que atitudes desta ordem atentam diretamente contra a Administração Pública, e causam por si só prejuízos aos processos e ao erário.

3.2. Determinações contidas no Instrução Normativa n.º 73, de 30 de setembro de 2022, nos termos do art. 18, §6º, conforme segue *ipsis litteris*:

Art. 18. Após a divulgação do edital de licitação, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

[...]

§ 4º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese do § 1º, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

(grifo nosso)

3.3. As empresas-licitantes interessadas conforme depreende-se do disposto acima, o que em outras palavras leciona que o licitante possui o livre arbítrio prévio, que significa: “*possibilidade de decidir, escolher em função da própria vontade, isenta de qualquer condicionamento, motivo ou causa determinante*”, sendo assim podem



livremente colocar a proposta e retirá-la, ou mesmo substituí-la, sendo possível até mesmo retirar ou colocar os documentos de habilitação, portanto, alegações levianas, infundadas, etc., serão objeto de sanções da Administração Pública do Município de Jaborandi, ou seja, o **livre arbítrio é prévio**, e não posterior.

3.4. Considerando que todas as **condições são pré-estabelecidas** e estão dispostas no instrumento convocatório, no termo de referência e em seus anexos, não cabem de forma indiscutível, portanto, as alegações de “*equivocos*”; “*erros*”; “*não era interessante*”; “*eu quis desistir*”; “*o frete é muito caro*”; “*a senha do sistema foi extraviada*”; “*preciso de realinhamento*”; “*não consigo o produto de jeito nenhum*”; “*o produto está descontinuado*”, “*nós não observamos*”; “*o funcionário é novo*”; “*o colaborador esqueceu*”, etc., justificativas desta ordem, serão tidas como desrespeitosas pela Administração Municipal de Jaborandi, pois estas atitudes estão **diretamente e frontalmente** prejudicando o Município de Jaborandi - Bahia, e causando diversos transtornos, tais como: *atrasos nas aquisições ou contratações; aquisições paradas; serviços parados; ausências de produtos; re-processos; re-serviços; desabastecimentos; republicações de avisos; perda de tempo; prejuízos ao erário; desgastes de colaboradores; cobranças organizacionais desnecessárias; etc.*, sem falar dos prejuízos diretos e indiretos ocasionados à toda a população do Município de Jaborandi - Bahia.

3.5. O Instrução Normativa n.º 73, de 30 de setembro de 2022, nos termos do art. 18, §6º, já determina que cabe ao licitante interessado em participar da Concorrência Eletrônica **responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances**, portanto, não serão aceitas pedidos de reconsideração de lances ditos errôneos, pois o edital e os valores são amplamente conhecidos, e todo e qualquer empresa que se prese conhecem todos os custos que envolvem seus produtos até o cliente final, conforme segue o art. 13, inc. III da norma;

*III - **responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;***
(grifo nosso)

3.6. A Instrução Normativa determina que o licitante ao manter o seu preço e as condições do proposta/lance, e tal obrigação é de suma importância para manutenção da seriedade da disputa e para se evitar fraudes, considerando que a empresa licitante é plenamente conhecedora dos produtos que vende e que **uma vez ofertado um lance, não é permitida a desistência**, sob a alegação que o seu preço é inexequível, e assim motivar a solicitação de desclassificação, para isto a inexequibilidade deverá ser cabalmente evidente, considerando os valores estimados e as demais propostas.

3.7. A empresa licitante que não apresentar **Propostas Sérias, Idôneas e Firmes** ao Município de Jaborandi, conforme cada situação, estará sujeita as sanções contidas na Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021 e nos termos contidos no Instrumento Convocatório, assegurado o contraditório e a ampla defesa, pois a mera alegação de que houve algum equívoco na formulação de lances não constitui fator suficiente para afastar o dever de manutenção da sua oferta, portanto, cada “*equivoco*” será seriamente analisado, para observar se de fato e de direito tratou-se de erro, ou trata-se de ato leviano com vistas a



tumultuar os trabalhos administrativos e ferir o relevante interesse público nas aquisições ou contratações emanados nos instrumentos convocatórios;

3.8. O Comissão de Contratação/Comissão, podem deferir ou indeferir o pedido de desistência de proposta(s) ou de lance(s) apenas se entenderem que o motivo é plenamente **justificável, idôneo** e se é decorrente de **fato superveniente**, e a sua justificativa está atrelada aos fatos e ao direito e se tratar de fato superveniente justificável, em conformidade com o art. 155, inciso V da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, onde determina que caso não mantenha sua proposta será responsabilizado administrativamente.

4. DAS MULTAS PARA PROPOSTAS DESISTENTES OU MODO INIDÔNEO

4.1. O Município de Jaborandi considerando diversos problemas decorrentes de abandonos, desistências ou mesmo de irresponsabilidades de empresas que acabam por participarem de procedimentos licitatórios, e reduzem os valores dos itens à valores inexequíveis, aos quais apenas constatados, informados ou omitidos da municipalidade de forma extemporânea, dando completa demonstração deste fato lamentavelmente, quando os seus interesses ficaram desfavoráveis, por exemplo: *“por terem vencidos poucos itens ou grupos”*; *“pelo simples interesse em vencer por vencer”*; *“não se preocupam com as entregas”*; *“não se preocupam com as necessidades da população, o que é desumano”*; e o que também é danoso *“entendem que não haverá qualquer punição”*; etc., condutas dessa natureza não são toleradas pela Administração, porque são atos e formas de violação da legislação.

4.2. Considerando que todos os atos das sessões públicas são plenamente abertos aos licitantes e os interessados, quaisquer solicitações e comunicações do Comissão de Contratação, durante os processos inerentes, qual sejam: abertura, suspensão, reabertura de sessão, etc., são sempre comunicados previamente, e não sendo respondidos ou não enviados os documentos, caso tenha sido permitido no instrumento convocatório, ou propostas de preços realinhadas, serão tidos sempre como abandonos do certame.

4.3. Todos os cuidados e responsabilidades exigidas no certame, deve-se novamente por tratar-se de um processo para a contratação de serviços de engenharia para pavimentação que são solicitadas por intermédio da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, e concluso o processo, será emanada imediatamente a Ordem de Serviço para a empresa que seja homologado o certame, sendo a sua efetividade dos serviços que promoveram resolução de problemas de infraestrutura em diversas ruas na sede do Município de Jaborandi onde a empresa deve operar com total zelo, respeito e humanidade perante o relevante interesse público por tratar-se de atendimento direto e indireto aos cidadãos de Jaborandi - Bahia.

4.4. Cabe destacar, que a não manutenção da proposta é passível de penalização, **e será de fato e de direito penalizado pelo Município de Jaborandi**, inclusive com as possíveis sanções de impedimento de licitar e a declaração de inidoneidade, respectivamente nos incisos III e IV, do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, considerando as ocorrências tidas como infrações, contidas no art. 155, incisos IV e V, conforme seguem:

*IV - **deixar de entregar a documentação** exigida para o certame;*



V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

(grifo nosso)

4.5. O Município de Jaborandi com vistas a corroborar com a letra legal, temos ainda por exemplo, decisão do próprio Tribunal de Contas da União - TCU, acerca da imputação de penalidades em face do ato ilegal elencado na lei, advinda do Acórdão n.º 754/2015 - Plenário, TC 015.239/2012-8, relator Ministra Ana Arraes, 08/04/2015), conforme segue:

A aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, estados, Distrito Federal ou municípios, em face de irregularidade elencada no art. 7º da Lei 10.520/02, não depende da comprovação de dolo ou má-fé. Requer tão somente a evidencição da prática injustificada de ato ilegal tipificado nesse dispositivo legal.
(grifo nosso)

4.6. Incumbe destacar que o mencionado Acórdão n.º 754/2015 - Plenário, apesar de basear-se em lei revogada, ainda continua vigente o seu entendimento, para a aplicabilidade na Lei n.º 14.133/2021, considerando ainda está sendo reportado na recente publicação do 5º Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União - TCU, em sua página 614, portanto, basta que a prática de ato ilegal seja realizada.

4.7. O Município de Jaborandi com o intuito de pura proteção contra a participação de empresas irresponsáveis sem qualquer comprometimento com os serviços públicos, ou quaisquer outros, as quais provocam diretamente ou indiretamente perdas ao município e toda a sua população que espera que os serviços sejam de fato e de direito executados, e bem como atendamos as exigências do Órgão Federal Concedente, portanto, qualquer empresa que participar da Concorrência Eletrônica em tela, e nos casos principais de: não manter a proposta, deixar de entregar a documentação ou comportar-se de modo inidôneo, a(s) será(ão) após o encerramento da sessão imediatamente comunicada da emissão e enviada um título executivo de cobrança de multa, conforme art. 156, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021 sendo informado no Sistema ComprasNet para conhecimento do público.

4.8. Às empresas que cometerem infrações, será cobrado uma multa imediata sobre o(s) itens ou grupo(os), conforme tabela abaixo de dosimetria da conduta lesiva ora demonstrada, onde será a empresa será cadastrada, se não o for no Município, e posteriormente será emitido um Documento Municipal de Arrecadação - DAM, com o prazo para pagamento de 10 (dez) dias úteis. Apresentamos uma tabela com as dosimetrias primárias, não exaustivas, pois conforme o caso, abaixo inicialmente estabelecidas para aferição de condutas de licitantes:

Conduta Praticada pela Licitante ou Adjudicatária	Dosimetria Aplicável
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	03 meses de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Municipal e multa imediata de 2% sobre total de cada item ou lote vencido.



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE CORIBE

Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação	03 meses de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Municipal e multa imediata de 2% sobre total de cada item ou lote vencido.
Não manter a proposta	06 meses de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Pública multa imediata de 10% sobre total de cada item ou lote vencido.
Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva	06 meses de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Pública multa imediata de 10% sobre total de cada item ou lote vencido.
Falhar na execução do contrato	12 meses de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Municipal e multa de 10% sobre total de cada item que cometeu falhas.
Comportar-se de modo inidôneo	24 meses perante a Administração Pública e multa de 10% sobre cada item ou lote vencido.
Não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	24 meses de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Pública e multa imediata de 10% sobre total de cada item ou lote vencido.
Apresentar documentação falsa	24 meses de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Pública e multa de 15% sobre total de cada item ou lote vencido.
Fraudar na execução do contrato	24 meses perante a Administração Pública e multa de 15% sobre o total de cada item fraudado.
Cometer fraude fiscal	24 meses perante a Administração Pública e multa de 15% sobre o total de cada item fraudado.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	36 meses perante a Administração Pública e multa de 20% sobre o total de cada item fraudado.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013	36 meses perante a Administração Pública e multa de 20% sobre o total de cada item fraudado.

4.9. A participação de empresas em licitações públicas **devem naturalmente conferir maior responsabilidade aos participantes**, eis que o não preenchimento dos



requisitos atrapalha o regular andamento do processo licitatório e provocam enormes prejuízos à Administração, conforme expostos e vivenciados, e a toda uma população dependente da atuação do Governo Municipal, portanto, a atuação séria e comprometida é basilar nos certames, sendo o maior ponto de exigência desta municipalidade, e assim destacamos que não haverá margens às “brincadeiras” de representantes amadores ou mesmo dotados de má-fé.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma Eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

6.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

6.2.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.



6.2.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para o acesso ao Sistema ou com uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou Município de Coribe responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.2.3. Em relação ao **Grupo Único**, a participação não é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, considerando que ambos ultrapassam o valor limite disposto em lei.

6.2.3.1. A obtenção do benefício a que se refere a Cláusula anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006

6.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

6.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



6.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

6.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

6.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.4.11. Cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, anexo ao Edital, e a proibição do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 30 de abril de 2008, conforme anexo deste edital;

6.4.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.5. O impedimento de que trata a Clausula 6.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem nas Clausulas 6.4.2 e 6.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.8. O disposto nas Clausulas 6.4.2 e 6.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

6.10. A vedação de que trata a Cláusula 6.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica



7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.3.4. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.3.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §1º ao §3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.5. A falsidade da declaração de que trata as Cláusulas 7.3 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.



7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese da fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma na Clausula 7.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA VISTORIA

8.1. Não se exigirá que a licitante realize vistoria dos locais para a prestação dos serviços de limpeza de prédios públicos, considerando que os serviços de limpeza e conservação deverão ser realizados na sede dos imóveis que estão incertos nas planilhas de composição das metragens anexas à este instrumento convocatório, aos quais estão localizados na sede e no interior do Município de Coribe - Bahia.

8.2. As empresas interessadas em participar da licitação **poderão** proceder à rigorosa **vistoria** nos locais onde serão executados os serviços - ocasião na qual será firmada um Atestado de Vistoria, ou a empresa apresenta conforme modelo disponível no **ANEXO V do Termo de Referência (MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA)**, em conformidade com o inciso IV, do art. 67, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril



de 2021, combinado com a Alínea “C”, do Item 2.4 do Anexo V, da Instrução Normativa n.º 005/2017, examinando as áreas e **tomando ciência das características e peculiaridades dos serviços**, posto que, não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de situações existentes.

8.3. A vistoria deverá ser marcada e realizada em dias úteis, das 08hs00min às 12hs00min, na sede da Prefeitura Municipal, pelo telefone (77) 3480.2120/3480.2130, devendo ser efetivada **até 01 (um) dia útil antes da data fixada para a sessão pública.**

8.4. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

9.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

9.2.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor **unitário e total para cada item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

9.2.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.2.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

9.2.4. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

9.2.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

9.2.6. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

9.2.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

9.3. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.



9.3.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

9.3.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.3.2.1. Valor unitário, total do item e global da proposta;

9.3.2.2. Valor por unidade de medida;

9.3.2.3. Descrição detalhada do objeto do modelo proposto, contendo as informações similares ou em atendimento as especificações mínimas à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia.

9.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

9.5. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

9.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços de limpeza de prédios.

9.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

9.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia ou do Tribunal de Contas da União - TCU e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

9.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



9.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

9.14. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como, por exemplo, os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, DAS PROPOSTAS DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.4. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

10.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.6. Será **desclassificada** a proposta que **identifique a empresa licitante**, no lançamento dos dados e/ou nas descrições de cada um dos itens da proposta aos quais o licitante preenche diretamente no Sistema ComprasNet.

10.6.1. A identificação dos dados digitados no Sistema ComprasNet, não devem ser confundir com os documentos anexados no sistema, tais como: proposta inicial em papel timbrado e demais documentos de habilitação que obviamente devem identificar a empresa licitante;

10.6.2. Os documentos anexados no Sistema ComprasNet, propostas e habilitações, possuem sigilo temporário, considerando que somente haverá acesso aos mesmos, apenas após concluída a fase de lances em conformidade com o §8º, art. 26 do Decreto n.º 10.024 de 20 de setembro de 2019.



10.6.3. Caso algum produto e/ou serviço em qualquer um dos itens/lotos lançados no Sistema ComprasNet, seja de marca, modelo, fabricação, exclusividade, criação ou desenvolvimento próprios, recomenda-se a utilização de asteriscos (*****), com vistas a preservar o sigilo das propostas informadas no sistema, considerando que os dados digitados no sistema possuem sigilo temporário.

10.6.4. Também serão desclassificadas, as propostas que não tiver marca e modelo ou que a marca e modelo mencionadas, estiverem em desacordo com a **Clausula Erro! Fonte de referência não encontrada.** do anexo I deste edital.

10.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.8. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.9. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.10. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do grupo / lote.

10.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.12. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.13. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem) reais**.

10.14. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.16. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.16.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.16.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.16.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.16.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por



cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.16.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 2015.

10.23.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.23.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.23.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.23.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



10.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.24.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.24.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.24.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.24.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.24.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.24.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

10.24.2.2. Empresas brasileiras;

10.24.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.24.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

10.25.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



10.25.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS - JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e na Clausula 6.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. Situação ao SICAF, caso ainda não esteja incluso na documentação;

11.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - CNPJ no sítio do Tribunal de Contas da União, no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, e diretamente nos sítios oficiais para consulta do CPF do sócio majoritário da licitante, conforme segue:

11.1.2.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

11.1.2.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

11.1.2.3. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU contas.tcu.gov.br/ords/f?p=inabilitado:certidao.

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992.

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN n.º 3/2018, art. 29, caput).

11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n.º 3/2018, art. 29, §1º).

11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n.º 3/2018, art. 29, §2º).

11.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



11.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com a Clausula 6.2.3 e 7.4 deste edital.

11.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

11.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2024;
Número de Registro no MTE: Ba000001/2024
Data de Registro no MTE: 02/01/2024
Número da Solicitação: MR072534/2023
Número do Processo: 19980.236716/2023-80

11.8. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

11.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.9.1. Contiver vícios insanáveis;

11.9.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.9.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.9.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.9.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.10.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

11.10.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.10.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.11. Os preços ofertados deverão atender todas as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho em vigor e aplicada ao certame, nos que se referem aos Salários, Percentuais



de Encargos e Benefícios Sociais, etc., exceto Auxílio Transporte, sob pena de incidir desclassificação constante na Clausula 9.7.

11.12. Na contratação dos serviços, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

11.12.1. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de qualquer dos custos unitários, conforme planilha orçamentária anexa ao edital;

11.12.2. No caso de serviços, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

11.12.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 60% (sessenta por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

11.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.14.1. Em se tratando de serviços, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais - ES, com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço unitário, exclusivamente para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

11.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

11.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

11.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

11.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo



classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos neste instrumento convocatório, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante classificado em primeiro lugar realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021, estando especificamente relacionados nas Cláusulas abaixo, com vistas a habilitação no presente certame licitatório.

12.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, não poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

12.2. O licitante vencedor em primeiro lugar no grupo, mesmo que estejam devidamente cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3, de 2018, deverá encaminhar toda a documentação, no mesmo prazo e condições dispostas no edital, os documentos válidos que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, conforme a Clausula seguinte.

12.3. O licitante vencedor mesmo que estejam com o Cadastro no SICAF com todas as comprovações vigentes é imprescindível e indispensável por necessidade do Município de Coribe dos lançamentos dos dados de cada uma das certidões e dos demais documentos para o devido e obrigatório escaneamento e envio ao Sistema SIGA do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia - TCM/BA, portanto, **faz-se necessário e obrigatório** o envio dos documentos abaixo relacionados, que consistem:

12.3.1. Habilitação Jurídica;

12.3.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

12.3.3. Qualificação Econômica Financeira;

12.3.4. Qualificação Técnica; e

12.3.5. Documentos Complementares.

12.4. Em conformidade com o art. 63, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, e deverá encaminhar pelo Sistema ComprasNet ao Pregoeiro, cópia dos seguintes documentos:

12.4.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.4.1.1. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.4.1.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.4.1.3. Em se tratando de MEI - Microempreendedor Individual: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na



forma da Resolução CGSIM n.º 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

12.4.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

12.4.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.4.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.4.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.4.1.7.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.4.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

12.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica - CNPJ.

12.4.2.2. Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional por meio da apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.4.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual por meio da apresentação de Certidão Negativa ou Positiva, com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda do domicílio tributário da licitante.

12.4.2.3.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda



Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

12.4.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal por meio da apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, relativa aos tributos municipais, expedida pela Secretaria Municipal sede da licitante.

12.4.2.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço por meio da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

12.4.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 (www.tst.jus.br/certidao).

12.4.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.4.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.4.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.4.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação, conformidade com a Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

12.4.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

12.4.3.2.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme Lei n.º 14.133, de 2021, art. 65, §1º.

12.4.3.2.2. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, em conformidade com a Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, §6º.



12.4.3.2.3. A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:

12.4.3.2.3.1. No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa.

12.4.3.2.3.2. No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial.

12.4.3.2.3.3. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG e Liquidez Corrente - LC, maiores que 01 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seus balanços patrimoniais:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

12.4.3.2.3.4. Deverá apresentar o Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, em conformidade com o art. 69, §4º, da Lei n.º 14.133/2021;

12.4.3.2.3.5. Deverá apresentar o Patrimônio líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas vigentes na data de abertura da licitação, levando-se em consideração apenas os valores remanescentes. Tal informação deverá ser comprovada por meio de declaração conforme Anexo X, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE relativa ao último exercício social, e se houver divergência superior a 10% (para cima ou para baixo) em relação à receita bruta discriminada na DRE, a licitante deverá apresentar as devidas justificativas para tal diferença, em conformidade ao art. 69, §3º da Lei n.º 14.133/2021.



12.4.3.2.3.6. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei, sendo percentual usual de mercado conforme art. 69, §5º da Lei n.º 14.133/2021.

12.4.3.2.4. O balanço patrimonial e os índices econômicos previstos nesta Clausula deverão estarem assinados por profissional habilitado da área contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

12.4.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.4.4.1. Comprovação com **um ou mais atestado(s) de capacidade técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços de **limpeza e conservação de prédios públicos**, para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados.

12.4.4.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.4.4.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.4.4.1.3. Não é obrigatório o reconhecimento de firma do signatário para atestados emitidos por órgão público Federal, Estadual ou Municipal, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 19, inciso II, entretanto, sendo obrigatório quando emitido por empresas privadas.

12.4.4.2. Declaração de que dispõe de profissionais, instalações adequadas, equipamentos adequados e suficientes para atendimento do objeto licitado no prazo desejado, assegurando à Contratante o direito de efetuar vistorias nas instalações e equipamentos disponíveis.

12.4.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

12.4.5.1. Alvará de Funcionamento e Localização, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.

12.4.5.2. Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial ou equivalente, em conformidade com a IN DNRC n.º 103/2007, art. 8º, com



data de emissão não superior a **30 (trinta) dias da data fixada** para realização do certame, nos casos das beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações das Leis Complementares n.º 147/2014 e 155/2016.

12.4.5.3. Declarações, conforme modelo anexo, ao qual congrega as declarações necessárias à participação no certame licitatório diante de exigências da Lei n.º 14.133/2021.

12.4.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados fisicamente ao **Departamento de Licitações e Contratos do Município de Coribe, situado na Rua Bandeirantes, 285, Centro, Coribe, Bahia, CEP 47.690-000**, ou por e-mail: *coribe.licitacao@gmail.com*, quando tratar-se de cópias autenticadas eletronicamente.

12.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.5.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.6. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 25%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

12.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor municipal, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet.

12.7.1. A aceitação da documentação por cópia simples de documento público ou particular ficará condicionada à apresentação do original ao Pregoeiro e equipe, para a devida autenticação ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.7.2. Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro.

12.7.3. O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a



indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será considerada inabilitada.

12.7.4. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 30 (trinta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

12.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Município de Coribe, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021, e esteja perfeitamente em validade os referidos documentos válidos e presentes no cadastro.

12.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021).

12.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.12. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

12.12.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado na Secretaria de Administração, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

12.12.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

12.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN n.º 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

12.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN n.º 3/2018, art. 7º, caput).



12.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN n.º 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

12.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.15.1. O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será considerada inabilitada.

12.15.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf, e mesmo que estejam previstos, ainda assim deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

12.15.3. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

12.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei n.º 14.133/2021, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

12.17.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.17.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



12.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto n.º 8.538/2015).

12.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13. DO CHAT NA SESSÃO - INTERAÇÕES PREGOEIRO COM LICITANTES

13.1. É de inteira responsabilidade do representante da empresa licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, sessão de lances, aceitabilidade das propostas, análise de documentos de habilitação, e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema, por sua desconexão ou por respostas - *feedbacks* quando for diretamente questionado pelo Pregoeiro por qualquer motivo, e não houver qualquer resposta no **prazo máximo de 20 (vinte) minutos**.

13.2. Serão considerados **abandonos da sessão** quando houver solicitações, questionamentos ou negociações por parte do Pregoeiro de quaisquer dos licitantes classificados em primeiro lugar no certame, ou dos subsequentes, ou quaisquer outros que se fizerem necessários, e não houver respostas por parte do representante da empresa licitante no **prazo máximo de 20 (vinte) minutos**, mediante uma objetiva resposta. Será considerado abandono também quando houver solicitação de documentos ou propostas de preços realinhadas com os respectivos valores finais, no **prazo máximo de 02 (duas) horas** determinadas após a solicitação e contabilização do interstício no Sistema Comprasnet, e não houver o envio do documento solicitado.

13.2.1. Em ambas as situações serão consideradas abandono em decorrência da perda de negócios pela inobservância de mensagens emitidas, em conformidade com o inciso IV, art. 19 do Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, ainda vigente, mesmo sob a égide da Lei n.º 14.133/2021.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do Município de Coribe, situada na Rua Bandeirantes, 285 - Centro - Coribe - Bahia - CEP 47.690-000, ou solicitadas no e-mail: *coribe.licitacao@gmail.com*, ou no sítio eletrônico: *www.coribe.ba.gov.br*.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

15.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

15.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

15.1.3. a proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.1.4. a proposta deverá vir encaminhada junto com sua planilha de custo e formação de preço conforme modelo das Planilhas de Composição do Preço.



15.1.5. será desclassificada a proposta não vier acompanhada da sua planilha de custo e formação de preço.

15.1.5.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como: serviços, métodos, fabricante, vigência, dados, valores, taxas, percentuais, etc., vinculam a Contratada.

15.2. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso conforme inciso III, art. 12º da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

15.2.1.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

15.3. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

15.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

15.5. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

16. DA AMOSTRA

16.1. Não se exigirá que a licitante vencedora entregue para teste amostra de nenhum dos serviços licitados, até porque não é cabível tratar-se objetivamente de prestação de serviços para o Município de Coribe.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1. A sessão pública poderá ser reaberta, voltando a fase com vistas a ata complementar:

17.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar n.º 123/2006.

17.1.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reabertura.



17.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico “*chat*” ou por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17.2.2. A convocação feita por chat do sistema ComprasNet ou por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos nos documentos da empresa licitante, sendo responsabilidade do licitante apresentar em suas propostas e/ou documentos de habilitação seus dados atualizados.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente - Prefeito homologará o procedimento licitatório.

18.3. O objeto deste Pregão será adjudicado **por lote** à licitante vencedora.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

19.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

19.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

19.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

19.1.5. fraudar a licitação



19.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. advertência;

19.2.2. multa;

19.2.3. impedimento de licitar e contratar;

19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

19.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

19.4.1. Para as infrações previstas nas Clausulas 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

19.4.2. Para as infrações previstas nas Clausulas 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas Clausulas 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.



19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas Clausulas 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na Clausula 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

19.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

20.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma pessoal, sendo protocolado na sede da **Prefeitura Municipal de Coribe, situado na Rua Bandeirantes, 285, Centro, Coribe, Bahia, CEP 47.690-000**, nos dias úteis, no horário



das 08hs00min horas às 12hs00min horas, ou na forma eletrônica pelo seguinte e-mail: *coribe.licitacao@gmail.com*.

20.3.1. No campo Assunto do e-mail, realizar referência ao Pregão Eletrônico n.º 002/2024 - Termos de Impugnação ao Edital ou Pedido de Esclarecimento, com vistas a identificação imediata.

20.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

20.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

20.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório, e serão disponibilizados no Sistema ComprasNet e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

20.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, apenas se as alterações ou retificações promover alterações nas propostas de preços, em conformidade com o disposto no art. 55, §1º da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico do ComprasNet do Governo Federal.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.8. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP / Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200/2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br - Código UASG 926.606 e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Pregoeiro e Equipe de Apoio na sede do Município de Coribe, **situado na Rua Bandeirantes, 285, Centro, Coribe, Bahia, CEP 47.690-000**, nos dias úteis, no horário das 07hs00min horas às 13hs00min horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.11. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município de Coribe - Bahia, sem prejuízo do disposto no art. 55, inciso I, alínea A, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

22. DOS ANEXOS

22.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I	- Termo de Referência;
Anexo II	- Modelo de Proposta de Preços;
Anexo III	- Modelo de Declarações para Participação no Certame;
Anexo IV	- Minuta do Contrato de Prestação de Serviços;
Anexo V	- Modelo de Declaração de Visita Técnica
Anexo VI	- Conciliação entre a União e o Ministério Público do Trabalho
Anexo VII	- Planilhas de Composição do Preço Unitário
Anexo VIII	- Folha de dados para elaboração do Contrato

23. DO FORO

23.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Coribe - Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja

Coribe - Bahia, 04 de março de 2024.

Murillo Ferreira Viana
Prefeito
Município de Coribe



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização com e sem motorista destinados as necessidades do Município de Coribe - Bahia.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a Pregão Eletrônico para a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de prédios públicos das Secretarias do Município de Coribe - Bahia, atendendo às especificações constantes do deste Termo de Referência que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências na Sede e Interior do Município.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação dos serviços de limpeza, conservação e higienização de forma contínua, justifica-se pela manutenção das condições necessárias e dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão-de-obra e respectivos insumos e ainda com observância às recomendações aceitas para promover o bom desempenho das atribuições dos servidores, colaboradores, usuários e demais envolvidos.

2.2. A presente deflagração de um novo processo licitatório para a realização de contratação de empresa especializada em limpeza, conservação e higienização de prédios públicos, se faz no presente momento, porque no Município de Coribe temos um processo licitatório vencido em março de 2024, por conclusão do período máximo de sessenta meses aos quais poderia ser realizado as prorrogações por tratar-se de serviços contínuos, que adveio do Pregão Presencial n.º 011/2019, e assim se fez necessário para a plena continuidade dos serviços para atendimento às Secretarias Municipais de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Administração.

2.3. Combinado com a situação demonstrada, se fez ainda imprescindível a deflagração no mesmo processo administrativo também para a contratação de uma empresa para a prestação dos serviços na Secretaria Municipal de Saúde, a qual se deve ao fato de que os quantitativos que deveriam permitir a administração atender de maneira satisfatória as demandas de todos os estabelecimentos de saúde, se demonstraram na prática insuficientes, e assim apenas restou adotarmos as providências de atos administrativos prévios, legais e imprescindíveis para a realização de certame licitatório para uma nova contratação por tratar-se de serviços essências relevantes e de grande interesse público.

2.4. O Município de Coribe no mesmo objeto licitado possui outro processo administrativo realizado sob o Pregão Presencial n.º 022/2022, ao qual objetiva o atendimento à todas as demandas exclusivamente da Secretaria Municipal de Saúde, que trata-se do Fundo Municipal de Saúde de Coribe, para execução dos serviços em toda a estrutura de saúde pública municipal em Coribe, assim diante do certame anterior e seu contrato decorrente, o mesmo foi subestimado em seus quantitativos para atendimento com



excelência nas necessidades diárias em toda a estrutura de saúde localizados na sede e no interior do Município de Coribe, o que implicou nos quantitativos que foram insuficientes, sendo necessárias mais intervenções nos ambientes de saúde não previstas.

2.5. A contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização para o exercício de 2024 e seguintes, visa atender às necessidades de todas as instalações da Administração, Assistência Social e da Saúde do Município, e bem como a plena manutenção da salubridade das instalações, considerando primordialmente que trata-se de serviços que estão diretamente relacionados a saúde pública, e bem como a saúde de todos os colaboradores que trabalham nos estabelecimentos destas secretarias municipais, e isto implica diretamente e indiretamente na saúde de cada cidadão que é atendido em qualquer das unidades.

2.6. Os serviços de limpeza, conservação e higienização são de natureza continuada principalmente porque a Município de Coribe não possui a integralidade dos profissionais para atendimento à toda a demanda municipal, tratando-se de serviços complementares e essenciais para suprir as necessárias, sendo plenamente pertinente, oportuno e vantajoso a continuidade da terceirização destes serviços por intermédio de uma empresa especializada no objeto do presente processo administrativo.

2.7. A Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Administração e a de Secretaria Municipal de Saúde aos quais diante dos Documentos de Formalização das Demandas - DFDs, aos quais culminaram com a realização do Estudo Técnico Preliminar - ETP que congregou cada secretaria municipal com as devidas atualizações dos processos licitatórios anteriores realizados sob a égide das antigas Lei do Pregão n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e aos quais diante da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, sabiamente o legislador abarcou mais instrumentos de planejamento ainda maior diante das peculiaridades de exigências que agregaram evoluções aos processos administrativos instaurados pelos órgãos públicos de todo o país.

2.8. Diante de um planejamento inicial atualizado e com o suporte técnico do Departamento de Licitações e Contratos Administrativos será seguido a orientação de utilização da modalidade de licitação Pregão Eletrônico, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021, e que dentre outras, visa atender os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade e da probidade administrativa, bases que alicerçam e norteiam a Administração Pública.

2.9. Finalmente, destacamos a grande relevância da iniciativa de realização de processo administrativo para a contratação de empresa para a limpeza, conservação e higienização, e também por promovermos novamente nesta oportunidade e sob a realização de certame licitatório por intermédio da modalidade de Pregão Eletrônico a realizado por este poder executivo, sendo uma demonstração de responsabilidade, legalidade e transparência das ações deste poder executivo municipal.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

3.1. A fundamentação legal do presente Termo de Referência está consubstanciado na aplicabilidade à contratação nas disposições da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133, de 1 de abril de 2024, na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de



1990 - Código de Defesa do Consumidor, à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações promovidas, pela Lei n.º 147, de 7 de agosto de 2014, e a Lei n.º 156, de dezembro de 2016; e o Decreto Municipal n.º 431, de 29 de dezembro de 2023.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, mas por trata-se de ação administrativa que ainda está em andamento para a sua efetiva publicação, considerando tratar-se da recente e obrigatória a Lei de Licitações n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, onde a partir de janeiro deste exercício a aplicabilidade em municípios. Assim, neste pequeno interstício deste o início do presente exercício financeiro ainda não foi suficiente para sua conclusão do regulamento para a elaboração do plano.

3.3. O presente processo será realizado sob a modalidade licitatório Pregão Eletrônico, mediante a utilização do Sistema ComprasNet, que vem sendo utilizado deste o exercício de 2019, e o sistema exige o número contido no Plano de Contratações Anual, a qual determinou que algumas obrigatoriedades deverão serem exercidas a partir de abril do exercício de 2026, considerando que a população de Coribe é de 13.990 segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2020, estando abaixo do disposto no art. 176,.

3.4. A legislação adicional aplicável, além dos documentos utilizados como referência à contratação do objeto do presente Termo de Referência encontra amparo nos documentos:

3.4.1. Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021;

3.4.2. Decreto Municipal n.º 431, de 29 de dezembro de 2023;

3.4.3. Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações das Leis n.º 147/2014 e 155/2016;

3.4.4. Convenção Coletiva de Trabalho 2024 - Sindicato das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental Bahia - SEAC/BA e o Sindicato Trabalhadores de Limpeza Pública Com. Ind., Hospitalar, Asseio, Prest. Serv. em Geral, Conservação, Jardinagem e Controle de Pragas Intermunicipal - SINDILIMP - BA, sob o Registro no Ministério do Trabalho e Emprego n.º BA000001/2024;

3.4.5. Caderno de Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Limpeza e Conservação - 2017 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SEGES;

3.4.6. Caderno de Logística - Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação sendo o Guia de Orientação sobre os aspectos gerais na contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, versão 1.0, de abril de 2014.

3.4.7. A Instrução Normativa n.º 005, de 26 de maio de 2017, devidamente atualizada em 28/10/2020.

3.5. Os serviços, materiais e equipamentos referenciados neste Termo de Referência enquadram-se na modalidade de bens e serviços comuns para fins do disposto no art. 2º, do Decreto Municipal n.º 431, de 29 de dezembro de 2023, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no edital e anexo, por meio de especificações usuais de mercado, conforme o disposto da Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO



4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, contido no processo administrativo interno desta Município de Coribe - Bahia.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. SUSTENTABILIDADE:

5.1.1. O Decreto Municipal n.º 431, de 29 de dezembro de 2023 que Regulamenta a Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, em âmbito municipal, e consequentemente a licitação na modalidade pregão eletrônico, que determina que um dos princípios a serem adotado nas contratações é o princípio do desenvolvimento nacional que deve ser observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades. Motivando a consideração da dimensão cultural como pilar da sustentabilidade, como reforço da importância do plano de logística sustentável.

5.1.2. Deverá ser observado que além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no mais atual Guia Nacional de Contratações Sustentáveis documento publicado pela Controladoria Geral da União - CGU em Setembro de 2023, estando disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, as disposições contidas no Guia como principais determinações, estarão inseridas na obrigações da Contratada para adoção na prestação dos serviços, diante do Guia, cabe abarcarmos, não exaustivamente, as principais recomendações as quais estão sujeitos e devem ser atendidas pela empresa a ser contratada:

5.1.2.1. use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

5.1.2.2. adote medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou municipal neste tema.

5.1.2.3. observe a Resolução CONAMA n.º 20, de 7/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

5.1.2.4. forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

5.1.2.5. realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

5.1.2.6. realize a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, e a sua destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE n.º 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto n.º 10.936, de 2022;



5.1.2.7. respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

5.1.2.8. preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente. b) Para fins de coleta seletiva ou logística reversa, os consumidores são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis (art. 35 da Lei n.º 12.305, de 2010, c/c art. 9º do Decreto n.º 10.936, de 2022).

5.1.3. Segundo o inciso IV, do art. 11 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, o processo de licitação deve incentivar e promover o desenvolvimento nacional sustentável em que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Nesse sentido, pode-se dizer que a licitação sustentável é o procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens e contratações de serviços.

5.1.4. A partir deste enfoque tripartite, que constitui o núcleo mínimo do desenvolvimento sustentável, ao qual deve envolver ainda outras dimensões, tais como: a ética, a jurídica e a política. O bem estar social relaciona-se com a efetivação de direitos sociais, como saúde, educação e segurança, entre outros, assim como a garantia dos direitos assegurados aos trabalhadores, tais como proibição do trabalho do menor, fixação de salário mínimo, além dos exemplos de medidas relacionadas à fixação da jornada de trabalho e medidas de proteção à segurança e saúde no ambiente de trabalho.

5.1.5. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente quanto à aquisição e descarte de resíduos resultantes dos processos de manutenção e limpeza dos prédios públicos.

5.2. SUBCONTRATAÇÃO

5.2.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto licitatório, nos termos do art. 122 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

5.2.2. O Contratante não terá nenhum vínculo contratual com os profissionais que forem subcontratados. Toda a relação contratual será realizada com a empresa Contratada, inclusive pagamentos e aplicações das sanções contratualmente previstas, no caso de descumprimento da avença.

5.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação em conformidade com o Artigo 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, considerando que para a prestação dos serviços primeiramente, o que está em plena exposição são os colaboradores, equipamentos, veículos, integridade, recursos, insumos, uniformes, etc., da empresa a ser Contratada, o que determina que não há risco à lesão ao erário.



6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1.1. A Contratada deverá iniciar os serviços objeto deste Pregão Eletrônico em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua assinatura do contrato.

6.1.2. Os profissionais, equipamentos, materiais, uniformes, epi, etc., disponibilizados para prestação dos serviços deverão atender às especificações contidas nas cláusulas do Termo de Referência, em perfeitas condições de utilização, conservação, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações trabalhistas.

6.1.3. A empresa Contratada se compromete a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir a finalidade a que se destinam e em respeito a toda legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de proteção de Dados - Lei Federal n.º 13.709/2018, comprometendo-se ainda, a não transferir e/ou compartilhar com terceiros, os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, a menos que seja requisito essencial para o cumprimento do presente contrato, sob pena de ressarcimento de perdas e danos

6.1.4. Ao Município de Coribe - Bahia não caberá qualquer ônus pela rejeição pela prestação dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

6.2. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.2.1. Os serviços serão executados nas instalações físicas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Administração e a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Coribe - Bahia, em suas instalações localizadas na Sede e Interior do Município:

6.2.2. DO QUANTITATIVO DAS ÁREAS

6.2.2.1. As edificações abrangidas pelo presente processo administrativo para que fiquem sob a responsabilidade da empresa Contratada, têm as áreas aproximadas discriminadas na forma do quadro abaixo:

Tipo de Área	Metragem das Áreas (m ²)			Total Arredondado (sem frequência acumulada)
	Secretaria de Saúde	Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Administração	
Áreas Internas	2.476	1.064	1.350	4.890
Áreas Internas Hospitalares e Assemelhadas	963	-	-	963
Área Externa Tipo I	1.092	213	255	1.560



Área Externa Tipo II	3.449	427	759	4.635
Área Externa Tipo III	4.800	944	16.110	21.854
Esquadrias - Face Interna e externa (sem exposição a riscos)	515	159	161	835

6.2.3. DOS SERVIÇOS - ÁREAS COMUNS

6.2.3.1. Metodologia de referência da limpeza das áreas internas, os serviços serão executados pela Contratada na seguinte frequência:

DIARIAMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO DEFINIDA OUTRA FREQUÊNCIA:

- a) Limpar mobiliários, utensílios, aparelhos telefônicos, computadores, impressoras, equipamentos de escritório, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc., utilizando espanador, flanela e produtos adequados;
- b) Lavar os cinzeiros situados nas áreas reservadas para fumantes (caso existam);
- c) Aspirar o pó de pisos acarpetados, tapetes, passadeiras e capachos;
- d) Lavar os banheiros (bacias, assentos e pias) no início da manhã e início da tarde, com saneante domissanitários desinfetantes;
- e) Limpar banheiros, desinfetar e coletar o lixo, no mínimo 02 (duas) vezes ao dia ou durante a lavagem e quando for necessário;
- f) Limpar copas e outras áreas molhadas, no mínimo 02 (duas) vezes ao dia, com saneantes domissanitários desinfetantes;
- g) Abastecer com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários duas vezes ao dia ou sempre que necessário;
- h) Varrer, passar pano úmido e polir os balcões, escadarias e pisos vinílicos, de mármore ou granito, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- i) Varrer os pisos de cimento;
- j) Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;
- k) Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos da copa/refeitórios antes e após as refeições;
- l) Retirar o lixo 02 (duas) vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 (cem) litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- m) Limpar os corrimãos de escadas;



- n) Higienizar os bebedouros, e, quando necessário repor com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;
- o) Remover manchas nos pisos, nas paredes divisórias, suas portas e vidros;
- p) Limpar áreas ajardinadas, internas e externas, arranjos e vasos de plantas, naturais, artificiais e desidratadas;
- q) Abastecer com álcool gel antisséptico para as mãos os *dispensers* dos corredores;
- r) Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO DEFINIDA OUTRA FREQUÊNCIA:

- a) Limpar estantes e armários e atrás de móveis, armários e arquivos;
- b) Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica e madeira;
- c) Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- d) Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- e) Polir divisórias, móveis e utensílios de madeira;
- f) Limpar detalhadamente estofados, com produto apropriado para forrações de couro, tecidos ou plástico dos assentos e poltronas;
- g) Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras e outros similares;
- h) Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore ou granito, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- i) Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- j) Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- k) Limpar quadros, placas, pinturas, painéis;
- l) Lavar lixeiras, carrinhos utilizados para remoção e contêineres utilizados na coleta de lixo;
- m) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

MENSALMENTE, UMA VEZ

- a) Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- b) Limpar forros, paredes e rodapés;



- c) Limpar persianas e cortinas, com equipamentos e produtos adequados;
- d) Remover manchas de paredes;
- e) Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, de enrolar, pantográfica, de correr, e outros similares);
- f) Realizar lavagem geral de todas as partes azulejadas (banheiros e outras dependências);
- g) Encerar divisórias, móveis e utensílios de madeira;
- h) Polir letras de placas em metal;
- i) Polir corrimãos de escadas;
- j) Lavar capachos, tapetes e passadeiras;
- k) Lavar as áreas de garagens internas;
- l) Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

SEMESTRALMENTE

- a) Lavar as caixas d'água, com produtos adequados, removendo a lama depositada e desinfetando-as;
- b) Limpar as calhas, grelhas e luminárias;

6.2.4. DOS SERVIÇOS - ÁREAS COMUNS

6.2.4.1. Metodologia de referência da limpeza das **áreas externas**, os serviços serão executados pela Contratada na seguinte frequência:

DIARIAMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO DEFINIDA OUTRA FREQUÊNCIA:

- a) Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- b) Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore ou granito, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- c) Varrer as áreas pavimentadas;
- d) Retirar o lixo 02 (duas) vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 (cem) litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- e) Limpar áreas ajardinadas, internas e externas, arranjos e vasos de plantas, naturais, artificiais e desidratadas;
- f) Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.



SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO DEFINIDA OUTRA FREQUÊNCIA:

- a) Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);
- b) Lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;
- c) Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;
- d) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

MENSALMENTE, UMA VEZ

- a) Lavar as áreas destinadas à garagem/estacionamento;
- b) Proceder a capina e a roçada, retirar de toda a área externa plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem das pessoas.

6.2.5. Metodologia de referência da LIMPEZA DAS ESQUADRIAS:

- a) Os serviços serão executados pela Contratada na seguinte frequência:

QUINZENALMENTE, UMA VEZ

- a) Limpar todos os vidros e esquadrias, face interna e externa, aplicando produto antiembaçante, com equipamentos e acessórios adequados.

6.2.6. DOS SERVIÇOS - ÁREAS HOSPITALARES OU ASSEMELHADAS

- a) A periodicidade e a frequência de limpeza nos ambientes que demandem cuidados específicos serão definidas pelo responsável de cada unidade abaixo discriminada, observando-se sempre o **Escopo dos Serviços e os Princípios Básicos de Limpeza - Anexo IV**.
- b) A seguir encontram-se relacionados alguns exemplos de periodicidade e de frequência de limpeza dos principais ambientes **médico-ambulatoriais**:

Ambiente / Superfície		Frequência
		Limpeza
Armários	Face externa	1 vez ao dia ou sempre que necessário
	Face interna	Mensal
Balcão e Bancada		2 vezes ao dia ou sempre que necessário
Luminárias e Similares		Quinzenal ou sempre que necessário



Paredes / Divisórias, Teto e Portas/Visores		Quinzenal ou sempre que necessário
Pisos em Geral		2 vezes ao dia ou sempre que necessário
Consultórios / Recepção		4 vezes ao dia ou sempre que necessário
Salas de Curativos / Ambulatório		Sempre que necessário
Sala de Medicação / Inalação		4 vezes ao dia ou sempre que necessário
Lavatório / Pia		3 vezes ao dia ou sempre que necessário
Saboneteiras Dispensadores	Parte interna	4 vezes ao dia ou sempre que necessário
	Face externa	Sempre ao término do sabão
Toalheiro	Parte interna	4 vezes ao dia ou sempre que necessário
	Face externa	Sempre ao término do papel
Banheiros (Pisos, Área de Banho, Vasos, Pias, Torneiras e Acessórios)		4 vezes ao dia ou sempre que necessário

- c) Conforme Norma Regulamentadora n.º 15 - Atividades e operações insalubre - Ministério do Trabalho e Previdência Social, há que ser considerado o grau de risco médio, sendo obrigatório o pagamento do adicional de insalubridade ao servente que exercer as funções de limpeza em área hospitalar.

7. DA JORNADA DE TRABALHO

7.1 Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, observada a jornada máxima de trabalho semanal de 44 horas conforme normas trabalhistas e Convenção Coletiva da Categoria, em horário comercial das 07hs00min às 18hs00min, compreendendo: jornada diária de 08hs00min, com intervalo obrigatório para almoço de 02hs00min, perfazendo assim um total de 44 horas semanais.

7.2 Excepcionalmente, poderá ser requisitada a prestação de serviços fora do horário mencionado e/ou em dias não úteis, garantida a compensação de horários para o colaborador, de responsabilidade total e exclusiva da Contratada.

7.3 Caso não haja compensação e seja extrapolada a jornada diária, excluídas as eventuais horas intrajornada, as horas excedentes poderão ser reembolsadas de acordo com o estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho, com anuência prévia da Contratante.

7.4 O controle do cumprimento da jornada diária e mensal será de inteira responsabilidade da Contratada, assim como a substituição nas ocorrências de faltas ou interrupções no cumprimento da carga horária prevista, de modo a evitar a descontinuidade da prestação dos serviços e a consequente glosa de valores por ocasião do pagamento dos serviços prestados.

7.5 Cabe à Contratada instruir seus empregados quanto aos procedimentos nas ocasiões de licenças médicas, devendo esta comunicar formalmente à Contratante, apresentando as documentações que comprovam o fato ocorrido, e providenciar a pronta substituição do empregado.



7.6 Uma vez que a jornada diária ultrapassa 8 (oito) horas, a Contratada deverá apresentar em até 10 (dez) dias, a contar da data de início da execução dos serviços, acordo escrito de prorrogação e/ou compensação devidamente assinado pelo empregado ocupante do posto fixo disponibilizado.

7.7 Em razão da natureza dos serviços prestados, deverá ser implantado o Banco de Horas para este posto, nas condições previstas em Convenção Coletiva de Trabalho da categoria preponderante, e de acordo com as regras previstas no Termo de Referência.

7.8 Caso o expediente oficial da Contratante seja alterado por determinação legal ou infralegal, por circunstâncias supervenientes ou conveniência da Administração, os horários de prestação dos serviços poderão ser readequados para atender às novas disposições.

7.9 De acordo com o disposto no § 1º do art. 58 do Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

7.10 A remuneração de eventuais horas extras não compensadas observará o disposto no Art. 59 do normativo citado no subitem anterior.

7.11 Não será considerado como jornada de trabalho, nem ensejará o pagamento de qualquer remuneração o período em que o motorista se mantiver espontaneamente no veículo usufruindo dos intervalos de repouso.

7.12 Os custos relativos ao pagamento de horas-extras devidas ao trabalhador não comporão o preço mensal fixado pela prestação dos serviços, dada a natureza eventual dos ganhos. Tais horas deverão constar de planilha com vistas a formação de banco de horas para abatimento dos horários que devem estarem disponíveis.

8. DAS COMPETÊNCIAS DOS COLABORADORES

8.1 DAS COMPETÊNCIAS PESSOAIS, o ocupante do posto de limpeza em qualquer das instalações da Administração Municipal e devendo assim possuir as seguintes competências pessoais:

- 8.1.1** Zelar pela segurança dos colaboradores que estejam nos ambientes que haverá intervenções de limpeza;
- 8.1.2** Zelar pelo cuidado com os equipamentos, computadores, aparelhos e utensílios que estejam nos ambientes que serão objeto de limpeza;
- 8.1.3** Trabalhar em equipe;
- 8.1.4** Demonstrar criatividade;
- 8.1.5** Demonstrar cortesia;
- 8.1.6** Demonstrar capacidade visual espacial;
- 8.1.7** Tratar clientes com polidez;
- 8.1.8** Demonstrar capacidade de equilíbrio emocional.



8.2 DAS OBRIGAÇÕES DO POSTO são obrigações dos postos de limpeza e coordenação:

- 8.2.1** Não fumar durante a realização dos serviços nos estabelecimentos públicos;
- 8.2.2** Não ingerir bebida alcoólica quando antes e durante os serviços;
- 8.2.3** Não utilizar telefone celular quando estiver realizando serviços de limpeza, principalmente quando exijam atenção, por exemplo limpeza de vidraças;
- 8.2.4** Não fornecer informações sobre o endereço, dados, hábitos e costumes do colaboradores públicos, aos quais ocorrem contatos mensais, semanais ou mesmo diários;
- 8.2.5** Ter zelo especial pelos bens públicos, mantendo-o sempre em ótimas condições de limpeza;
- 8.2.6** Atender todos os colaboradores e os cidadãos com respeito e cortesia, executando com proficiência as ordens recebidas, procurando ser sempre útil e demonstrar interesse pelo serviço que presta;
- 8.2.7** Informar ao responsável do Município de Coribe a ocorrência de qualquer dano verificado nos pertences da municipalidade;

8.3 DAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO PARA O SERVIÇO, o ocupante do posto de limpeza deve possuir os seguintes modos pessoais:

- 8.3.1** Os profissionais da empresa Contratada, independentemente do local, deverão apresentar-se trajados com uniforme limpos e em bom estado de conservação, a serem fornecidos pela Contratada, compreendendo, para o Encarregado de Limpeza - calças na cor preta, camisa social manga curta, camisa social manga longa, sapatos sociais em couro na cor preta, meias sociais na cor preta e crachá de identificação; para o Agente de Limpeza e Limpador de Fachada - calças na cor preta, blusas, camisas ou camisetas malha fria, com gola esporte, sapatos bota de borracha, sapato ou tênis, solado baixo, com planilha antibacteriana, meias de algodão e crachá de identificação.
- 8.3.2** A Contratada deverá fornecer os uniformes integralmente sem qualquer custo ou ônus para seus empregados, responsabilizando-se, inclusive, pelos ajustes de alfaiataria que se fizerem necessários, observado o disposto nos respectivos Acordos, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria, no prazo previsto no subitem próprio, a serem comprovados junto aos servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.
- 8.3.3** Os uniformes devem ser confeccionados com tecidos e materiais de qualidade, de acordo com as condições climáticas da região onde serão prestados os serviços e deverão ter características e especificações conforme as características e o sexo do profissional, vedado qualquer ato discriminatório de gênero, raça, cor, credo, ou posição social/econômica, e resguardado, contudo, o direito a Contratante de exigir a substituição das vestimentas julgadas inadequadas ou não condizentes com a moralidade administrativa.



- 8.3.4** É parte essencial da apresentação é a boa postura comportamental e o asseio de modo geral, buscando-se manter as roupas sempre limpas e engomadas, assim como bom padrão de higiene (unhas, cabelos e/ou barba cortados/penteados);
- 8.3.5** A distribuição dos uniformes devem ser realizada de maneira conjunta, vedada à Contratada a sobreposição de quaisquer peças que compõem o conjunto a título de cumprimento da obrigação de fornecimento dos uniformes, ou ainda a sua conversão em pecúnia em benefício do emprego.

9. DA DEFINIÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

9.1 Os saneantes domissanitários são substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares comuns e no tratamento da água, compreendendo:

9.1.1 Desinfetantes: são agentes químicos capazes de destruir micro-organismos na forma vegetativa, podendo destruir parcialmente os esporos, em artigos ou superfícies, sendo divididos segundo seu nível de atividade em alto, médio ou baixo;

9.1.2 Detergentes: são substâncias tensoativas, solúveis em água e dotadas de capacidade de emulsificar gorduras e manter resíduos em suspensão. São utilizados para limpeza de artigos e superfícies e para lavagem das mãos;

9.1.3 Material de higiene: sabonete líquido.

9.2 São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

10. DA ÁREA DE ATENDIMENTO E ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE MÍNIMO

10.1 Os serviços de limpeza, asseio e conservação serão executados nas áreas detalhadas no Termo de Referência, compreendendo as áreas externas e demais instalações.

10.2 Os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se o custo por metro quadrado (m²), observada a peculiaridade, a produtividade e a periodicidade de cada tipo de serviço, de acordo com a discriminação a seguir, conforme disposto para cada Secretaria Municipal em suas respectivas estruturas, conforme resumo abaixo de cada Secretaria Municipal:

10.2.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TIPO DE ÁREA	M²	Frequência Estimada Mês	Quantidade Estimada M² Mensal	Índice Produtividade (M²)	Periodicidade	Quantidade Estimada de Funcionários
Área Interna Geral	1.350	2	2.700	800	Diário	4
Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes /	255	1	255	1800	Diário	1



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE CORIBE

<i>contíguos às edificações</i>						
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	759	1	759	6000	Diário	1
Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	16.110	1	16.110	100000	Diário	1
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	161	1	161	300	Diário	1
Encarregado				1/30 serventes**	Total	8

10.2.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TIPO DE ÁREA	M²	Frequência Estimada Mês	Quantidade Estimada M²	Índice Produtividade (M²)	Periodicidade	Quantidade Estimada de Funcionários
Área Interna Geral	1.064	3	264	800	Diário	2
Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações	214	2	564	1800	Diário	1
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	428	1	1.128	6000	Diário	1
Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	945	1	7.738	100000	Diário	1
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	160	1	522	300	Diário	1
Encarregado				1/30 serventes**	Total	6

10.2.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO DE ÁREA	M²	Frequência Estimada Mês	Quantidade Estimada M²	Índice Produtividade (M²)	Periodicidade	Quantidade Estimada de Funcionários
--------------	----	----------------------------	---------------------------	------------------------------	---------------	--



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE CORIBE

TIPO DE ÁREA	M²	Frequência Estimada Mês	Quantidade Estimada M²	Índice Produtividade (M²)	Periodicidade	Quantidade Estimada de Funcionários
Área Interna Geral	264	3	264	800	Diário	6
Área Hospitalar e Assemelhada	3215	3	3.215	330	Diário	27
Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações	564	1	564	1800	Diário	1
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	1128	1	1.128	6000	Diário	1
Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	7738	1	7.738	100000	Diário	1
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	522	1	522	300	Diário	2
Encarregado				1/30 serventes**	Total	38

* Os valores transportados da planilha de locais de dimensões foram arredondados.

** Cálculo conforme a Instrução Normativa n.º 05, de 26 de maio de 2017, atualizada em 2020.

*** O número de apenas 01 (um) encarregado é o suficiente para a realidade local;

*** A quantidade de agentes foi reduzido no Item I por tratar-se de adequação local.

10.3 São definições das áreas:

10.3.1 Considera-se área interna a área edificada do imóvel, incluindo coberturas e garagens;

10.3.2 Considera-se área externa aquela não edificada, mas integrante do imóvel (calçadas e áreas de estacionamento), passeios, rampas, estacionamento, circulação de veículos e acessos; área adjacentes foi estimado uma largura de 1,5m x metragem linear de cada edifício considerada está **Tipo 1**; para a área externas **Tipo 2**, ficou consignado estimativamente uma largura de 5m x metragem linear de cada edifício após a área adjacente; e finalmente para a **Tipo 3**, ficou consignado estimativamente uma largura de 3m x metragem linear de cada edifício após a área adjacente;

10.3.3 Consideram-se **Esquadrias** interna (face interna) e esquadrias externa (face externa), aquelas cuja limpeza não demanda a utilização de equipamentos especiais, estando inclusas todas as portas e janelas internas e externas. Para mensuração



estimativamente das esquadrias internas e externas foi utilizado o percentual de 15% (m²) do total da área interna de cada prédio público ou locado;

10.3.4 Considera-se áreas verdes a largura de 3m x metragem linear ao redor de cada prédio, depois das calçadas, seja com muro ou sem muro.

10.4 Os índices de produtividade mínima da mão-de-obra, constante na Clausula 9, foram definidos em conformidade com as disposições constantes do Anexo VI-B da IN SLTI/MP n.º 05, de 26 de maio de 2017, e buscando fatores econômicos favoráveis à Administração Pública.

10.4.1 A não observância pelos licitantes dos índices de produtividade da mão-de-obra fixados no subitem resultará na desclassificação da proposta.

10.5 Serão utilizadas as fórmulas abaixo para o cálculo do quantitativo de serventes necessários à prestação dos serviços de conservação e limpeza, onde **Sint** corresponde à quantidade de serventes para área interna; **Shos** a quantidade de serventes para área hospitalar; **Sext** a quantidade de serventes para área externa; **Sesq** a quantidade de serventes para a área de esquadrias; e **St** o quantitativo total de serventes:

$$S_{int} = \frac{\text{área física (pisos frios/acarpetados)}}{800}$$

$$S_{hos} = \frac{\text{área hospitalar e assemelhada}}{330}$$

$$S_{ext} = \frac{\text{área física externa tipo I}}{1800} + \frac{\text{área física externa tipo II}}{6000} + \frac{\text{área física externa tipo III}}{100000}$$

$$S_{esq} = \frac{\text{área física de esquadrias} \times 1}{300 \times 15}$$

$$S_t = S_{int} + S_{hos} + S_{ext} + S_{esq}$$

(*) A fração 1/15 indica que o serviço de limpeza integral das esquadrias será realizado quinzenalmente ou a cada 10 (dez) dias úteis.

10.6 Para cada resultado obtido (Sint, Shos, Sext, Sesq), os quais serão tomados individualmente, deverá ser levado em conta as regras de arredondamento fixadas abaixo, de forma que o somatório St contenha somente números inteiros, sem casas decimais:

10.6.1 Número de serventes igual ou maior que 0,5: o resultado será arredondado para mais;

10.6.2 Número de serventes menor que 0,5: o resultado será arredondado para menos.

10.7 Os quantitativos encontrados mediante a aplicação das fórmulas estipuladas poderão, ainda, ser reduzidos em função das características da área, serviços a serem executados ou de acordo com a conveniência administrativa.



10.8 Em observância ao disposto no Item IV do anexo VI-B da Instrução Normativa n.º 05, de 26/05/2017, será adotada a relação de 01 (um) encarregado para cada 30 (trinta) serventes.

11. DA ESCOLARIDADE DOS PROFISSIONAIS

11.1 Exige-se para o cargo de servente / agente de limpeza o nível de escolaridade de “Ensino Fundamental Incompleto”, e para a função de Encarregado de Limpeza o de “Ensino Médio Completo”. Para o preenchimento das vagas referentes a essas Categorias Profissionais poderá ser solicitada pela Contratada a escolaridade mínima exigida, mediante a apresentação de diploma ou certificado emitido por Instituição legalmente credenciada pelo Ministério da Educação.

11.2 A comprovação acima referida será realizada a cada solicitação da Contratante, cabendo à Contratada recrutar, selecionar e encaminhar toda a documentação, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para análise curricular e, se for o caso, aprovação.

12. DOS LOCAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 Os controles de jornadas de trabalho nas dependências da Contratante deverá ser efetuado única e exclusivamente pela empresa Contratada, sendo de sua própria responsabilidade toda o controle de seus colaboradores em suas jornadas de trabalho, podendo ser utilizado quaisquer dos meios, a saber: a) cartão de ponto manual; b) biometria; c) controle de ponto por cartão magnético; d) sistema de ponto eletrônico alternativo; e/ou e) folha de ponto manual.

12.2 O Município de Coribe está realizando a contratação dos serviços por m² - metro quadrado e assim a empresa Contratada será remunerada tão somente pelas execuções dos serviços por sua unidade de medida, a quantidade de profissionais aos quais deverão serem postos ao atendimento em suas produtividades mensais, quinzenais, semanais ou diárias, são de responsabilidade única da empresa Contratada e o seus controles de jornada de trabalho, deverão seguir as autorizações que estejam nas Convenções Coletiva de Trabalho, ou nas leis que regulam as funções, estando e observando sempre respeitados os normativos vigentes.

12.3 Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

Secretaria Municipal de Administração		
Item	Nome da Unidade	Localidade
01	Prefeitura Municipal	Sede
02	Praça da Juventude	Sede

Secretaria Municipal de Assistência Social		
Item	Nome da Unidade	Localidade
01	Centro de Referência em Assistência Social	Sede
02	Centro de Referência em Assistência Social	Colônia



Secretaria Municipal de Assistência Social		
Item	Nome da Unidade	Localidade
03	Centro de Referência em Assistência Social	Descoberto
04	Centro de Referência em Assistência Social	Ranchinho
05	Secretaria Municipal de Assistência Social	Sede
06	Centro de Referência em Assistência Social	Sede

Secretaria Municipal de Saúde		
Item	Nome da Unidade	Localidade
01	Unidade de Saúde da Família Parteira Dona Inês	Sede
02	Unidade de Saúde da Família Francisco Vigário da Rocha	Sede
03	Unidade de Saúde da Família Miguel Alves das Neves	Colônia
04	Unidade de Saúde da Família Felismino Batista da Silva	Ranchinho
05	Unidade de Saúde da Família Anísia Pereira do Nascimento	Vila Nova
06	Unidade de Saúde da Família Josefino Arruda	Descoberto
07	Posto de Saúde Novo Horizonte - CAPS	Sede
08	Academia da Saúde	Sede
09	Hospital Municipal Antônio Joaquim Lopes	Sede
10	Secretaria Municipal de Saúde	Sede

12.4 Caso haja alguma alteração nos endereços listados acima, a Contratante informará à Contratada.

13. DOS UNIFORMES, MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS

13.1 A Contratada deverá fornecer, **na presença do Fiscal do Contrato, no início da prestação dos serviços**, e, após essa data, **a cada 12 (doze) meses**, uniforme completo (**novo**) a todos os profissionais, inclusive ao Encarregado de Limpeza, conforme as quantidades mínimas e a descrição a seguir, independente do estado em que se encontrar o uniforme.

13.1.1 Encarregado de Limpeza:

- a) 3 calças, na cor preta;
- b) 4 camisas em popeline 100% algodão, manga curta, emblema da empresa;
- c) 2 cinto em couro ou similar de boa qualidade, cor preta;
- d) 4 pares de meia, na cor preta;
- e) 2 pares de sapato em couro, na cor preta.

13.1.2 Serventes:

- a) 4 calças compridas com elástico e cordão, em gabardine;



- b) 4 camisetas malha fria, manga curta, com gola esporte, em gabardine, com emblema da empresa;
- c) 5 pares de meias em algodão;
- d) 3 pares de tênis preto em couro, solado baixo, com palmilha antibacteriana;
- e) 2 par de botas de borracha.

13.1.3 Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes e materiais deverão ser repassados aos seus empregados.

13.2 As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatível com o clima de Coribe, duráveis e que não desbotem facilmente.

13.2.1 Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da Contratante e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações indicadas nesse item.

13.3 Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao tecido, à cor, ao modelo, desde que previamente aceitas pela Administração.

13.4 Os uniformes deverão ser entregues aos empregados, mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue à Contratante, sempre que solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

13.5 A Contratada também deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional para a Contratante ou mesmo para os empregados.

13.6 Para as atividades a serem exercidas nas áreas hospitalares ou assemelhadas, a Contratada deverá disponibilizar aos seus funcionários os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's necessários, que tem por finalidade a proteção do indivíduo durante a execução dos serviços.

13.7 Caso exista algum empregado do sexo feminino que, por determinação médica, não possa calçar sapato (fechado) o mesmo deverá ser substituído por sandália em couro maleável puro.

13.7.1 Todos os sapatos ou as sandálias deverão ser em couro maleável e de boa qualidade não sintético.

13.8 Às empregadas da Contratada que sejam gestantes deverão ser fornecidos uniformes apropriados, substituindo-os sempre que necessário.

13.9 A Contratada não poderá exigir do empregado o uniforme usado, quando da entrega dos novos.

13.10 A Contratada deverá fornecer, na presença do Fiscal do Contrato, no início da prestação dos serviços, ao Encarregado de Limpeza, conforme as quantidades e a descrição todos os equipamentos listados na tabela "Equipamentos, Ferramentas e EPI'S" do Anexo I-B.1.

13.11 A Contratada deverá fornecer, mensalmente, ao Encarregado de Limpeza, conforme as quantidades e a descrição todos os materiais de consumo e permanentes listados na planilha "modelo de planilha de custos dos materiais de consumo e permanentes" do Anexo I-B.1.



13.12 No MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, para preenchimento e envio pela Licitante, deverá haver planilhas específicas para os itens “Equipamentos”.

13.12.1 A planilha específica deverá contemplar as memórias de cálculo detalhadas, discriminando a metodologia e fórmulas adotadas pela licitante para obtenção do(s) valor(s) proposto(s) para os itens, no Módulo 3 - Insumos diversos.

13.12.2 O Município poderá realizar diligências, a fim de esclarecer dúvidas ou complementar informações acerca dos valores informados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, inclusive mediante a solicitação de apresentação de Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos entendidos pertinentes.

13.12.2.1 A inobservância do prazo fixado pelo Município para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

13.13 As planilhas específicas dos “Equipamentos”, juntamente com as demais Planilhas de Custos e Formação de Preços, servirão para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução do contrato e serão utilizadas como base em eventuais repactuações ou revisões de preços.

14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

14.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

14.2 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

14.3 Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Contratante;

14.4 Fornecer uniformes completos, com reposição a cada 12 (doze) meses, para cada profissional alocado, conforme especificações do edital, inclusive Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva - EPIs e EPCs, no que couber, tudo sujeito à aprovação da Contratante, vedado o repasse dos respectivos custos aos seus empregados;

14.4.1 Manter seus empregados uniformizados. Deverão, ainda, se apresentar sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no de higiene pessoal, devendo ser substituído imediatamente aquele que não estiver de acordo com esta exigência, mediante comunicação do órgão gestor.

14.5 Nomear Encarregado de Limpeza responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local do trabalho em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este encarregado terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao Fiscal do Contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas, bem como cuidar da disciplina, controlar a frequência e a apresentação pessoal dos empregados, e ainda, estar sempre em contato com a fiscalização do contrato, o qual poderá ter acesso ao controle de frequência diária sempre que julgar necessário



atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio do seu encarregado;

14.6 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio do seu encarregado;

14.7 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

14.8 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

14.9 Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos comprovadamente causem ao patrimônio da Contratante, ou a terceiros, durante a permanência no local de serviço, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

14.10 Efetivar os pagamentos e os ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, vale-transporte, vale-refeição e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes deste Contrato, tendo em vista que os empregados da empresa não terão nenhum vínculo com a Contratante;

14.11 Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos seus empregados utilizados nos serviços contratados, via depósito bancário ou cheque nominal, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante, bem como recolher no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo sempre que solicitado, as comprovações respectivas;

14.11.1 Em caso de impossibilidade de cumprimento do disposto no presente subitem, a Contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Contratante possa verificar a realização do pagamento;

14.12 Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas pela Contratante;

14.13 O atraso no pagamento de fatura por parte da Contratante, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a Contratada de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;

14.14 Efetivar a reposição da mão-de-obra nos prazos a seguir estipulados, quando ocorrer ausência do profissional titular, sempre que demandar a execução dos serviços aos quais não podem deixar de serem realizados, atendendo às mesmas exigências de qualificação feitas em relação ao substituído, nos seguintes casos:

- a) Falta, justificada ou injustificada, inclusive por motivo de greve da categoria, **no prazo máximo de 04 (quatro) horas**, a contar da ciência do afastamento. O atendimento a este critério apenas afasta a penalidade, mas será descontado o respectivo valor;
- b) Gozo de férias, afastamentos legais de qualquer natureza ou demissão, a partir da data de início do período;
- c) Solicitação do Fiscal do Contrato, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, a contar da data de solicitação.



14.15 Relatar, por escrito, ao Fiscal da Contratante toda e qualquer anormalidade observada afeta à prestação dos serviços;

14.16 Obrigar-se a manter rigorosamente em dia o pagamento das obrigações trabalhistas, devidas aos seus funcionários;

14.17 Orientar os funcionários para que se comportem sempre de forma cordial, e se apresentem sempre dentro dos padrões de apresentação e higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços;

14.18 Apresentar à Contratante, em observância às disposições da Instrução Normativa n.º 05/2017, nos seguintes prazos, as informações e/ou documentos listados abaixo:

14.18.1 Mensalmente ou em outra periodicidade conforme o caso:

- a) Nota Fiscal/Fatura;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

14.18.2 Quando solicitado pela Contratante:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
- c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

14.19 Cabe ainda, à **Contratada**, assumir a responsabilidade por:

- a) Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante;
- b) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da Contratante;



c) Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

d) Encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

14.20 Fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, todos os comprovantes de pagamento dos empregados e recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;

14.21 Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência sem a prévia autorização da Contratante;

14.22 Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades a terceiros;

14.23 Manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade exigidas no edital;

14.24 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

14.25 Cumprir com as obrigações trabalhistas e manter as condições de habilitação, sob pena de dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

14.26 Apresentar, caso seja optante pelo Simples Nacional, no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato, cópias dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do §1º do artigo 30 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

14.26.1 O procedimento acima somente será exigido se a Contratada **não se dedicar exclusivamente à atividade de limpeza e conservação**, ou **a exercer em conjunto com outras atividades** para as quais seja **vedada a opção pelo Simples Nacional**, em observância ao **caput** do art. 17 (e incisos), c/c o § 5º-C, inciso VI, do art. 18, todos da Lei Complementar n.º 123/2006.

14.27 Nos termos da Lei n.º 12.305, de 2010, do Decreto n.º 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

14.27.1 realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

14.27.2 os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

14.27.3 otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

14.27.4 racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;



14.27.5 substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

14.27.6 usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14.27.7 racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

14.27.8 realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.27.9 treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

14.27.10 utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

14.27.11 observar a Resolução CONAMA n.º 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

14.27.12 fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

14.27.13 respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

14.27.14 desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

14.27.15 pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

14.27.16 lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

14.27.17 pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

14.28 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

14.29 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

14.30 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



14.31 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.32 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.33 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021;

14.34 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto n.º 7.203, de 2010;

14.35 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Coribe - CFMC, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

14.36 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

14.37 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.38 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

14.39 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.40 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

14.41 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



14.42 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

14.43 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.44 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

14.45 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação no art. 116, da Lei n.º 14.133/2021;

14.46 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;

14.47 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.48 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;

14.49 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

14.50 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

14.51 Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

14.52 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

14.53 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

14.54 Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

14.55 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

14.56 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;



14.57 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

14.58 Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

14.59 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

14.60 Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

14.61 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

14.62 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

14.63 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

14.64 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

14.65 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

14.66 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

14.67 Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

14.67.1 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei



Complementar n.º 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

14.67.2 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1 Além das obrigações previstas em contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, caberá à Contratante:

15.1.1 Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais de prestação dos serviços;

15.1.2 Prestar à Contratada as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;

15.1.3 Comunicar, por escrito, à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;

15.1.4 Efetuar os pagamentos na forma convencionada no Contrato;

15.1.5 Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Termo de Referência;

15.1.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021;

15.1.7 Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

15.1.8 Exigir o afastamento e/ou substituição imediata de empregado que não mereça confiança no trato com os serviços prestados, que adote posturas inadequadas ou incompatíveis com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;

15.1.9 Impedir que terceiros, que não seja a empresa Contratada, efetuem os serviços prestados;

15.1.10 Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa Contratada, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de suspensão do contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela Contratante;

15.1.11 Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da Contratada,

15.1.12 Proceder a vistorias nos locais onde os serviços estão sendo realizados, por meio do fiscal do contrato, cientificando o preposto da Contratada e determinando a imediata regularização das falhas eventualmente detectadas;



15.1.13 Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

15.1.14 Disponibilizar local para a guarda dos saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios da empresa contratada que serão utilizados para a execução dos serviços;

15.1.15 Caso a Contratada optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação, a própria Contratante, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício do Simples Nacional, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

15.1.16 Analisar a documentação solicitada no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente;

15.1.17 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias e para o FGTS, deverá oficial ao Ministério da Previdência Social, à Receita Federal do Brasil - RFB e ao Ministério do Trabalho e Emprego.

15.1.18 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021;

15.1.19 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.1.20 A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.1.21 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

15.1.22 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, conforme §4º, do art. 137, da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.1.23 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.1.24 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS



16.1 As atribuições do **Servente** ficam assim especificadas:

- a) Efetuar a limpeza, respeitando as recomendações dos fabricantes dos produtos e equipamentos utilizados;
- b) Abastecer os banheiros com os materiais necessários à higiene (papel higiênico, papel toalha e sabonete), observando para que não faltem;
- c) Abastecer com álcool gel antisséptico para as mãos os *dispensers* dos corredores, observando para que não faltem;
- d) Proceder à coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da Instrução Normativa - MARE n.º 6, de 03/11/1995;
- e) Apontar e comunicar consertos necessários à conservação de bens e instalações, providenciando, se for o caso, a sua execução, com a anuência do fiscal do contrato;
- f) Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do fiscal do contrato, por meio do preposto (encarregado de limpeza) da empresa contratada;
- g) Tratar todos os usuários, servidores da Contratante, colaboradores, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção;
- h) Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos neste Termo de Referência, durante o período em que estiver prestando os serviços;
- i) Encaminhar ao conhecimento da Contratante, por meio do preposto (encarregado de limpeza) da empresa Contratada, de forma imediata e em qualquer circunstância, a constatação de pessoas com atitude suspeita observada nas dependências da Contratante;
- j) Zelar pela segurança, limpeza e manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos;
- k) Executar as demais atividades inerentes ao cargo e aquelas necessárias ao bom desempenho do trabalho.

16.2 As atribuições do **Encarregado de Limpeza** ficam assim especificadas:

- a) Reportar-se à Fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
- b) Acatar as orientações do Fiscal do contrato, inclusive naquilo que diz respeito ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e de Medicina do Trabalho;
- c) Relatar ao Fiscal do contrato, de forma imediata, toda e qualquer irregularidade observada nos locais onde os serviços estão sendo prestados;
- d) Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e instalações;
- e) Manter sigilo sobre documentos elaborados e assuntos tratados;
- f) Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos neste Termo de Referência, durante o horário em que estiver prestando os serviços;



- g) Tratar todos os usuários, servidores da Contratante, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção;
- h) Executar as demais atividades inerentes ao cargo e necessárias ao bom desempenho do trabalho.

17. DA DEFINIÇÃO DOS SALÁRIOS-BASE

17.1 Considerando o entendimento assente no âmbito do Tribunal de Contas da União - TCU (Acórdãos TCU n.º 256/2005; 290/2006; 1.327/2006; 614/2008; 1.125/2009; 332/2010; 1.584/2010; 3.006/2010 e 189/2011, todos do Plenário), bem como a disposição inserta no item 10.1 do anexo VIII-B da Instrução Normativa n.º 05/2017, atualizada em 2020, as licitantes, quando da elaboração de suas propostas, deverão observar as seguintes regras, sob pena de desclassificação:

- a) Os salários-base para 44 horas semanais, bem como os demais benefícios, das categorias de Servente e Encarregado de Limpeza **NÃO PODERÃO SER INFERIORES** aos estabelecidos nas convenções coletivas de trabalho locais dos sindicatos aos quais as empresas e os profissionais estejam vinculados, e que se encontram discriminadas na tabela abaixo:

Profissionais Demandados pelo Município	CCT's - Referência (Salário-Base e Benefícios)	Cargos nas CCT's- Referência
Servente	SEAC/BA E SINDILIMP/BA	Servente
Encarregado de Limpeza	SEAC/BA E SINDILIMP/BA	Encarregado de Campo

18. DAS PLANILHAS DE CUSTOS E DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

18.1 Os modelos de Planilhas de Custos e Formação de Preços estão apresentados no ANEXO I deste Termo de Referência, em conformidade com Instrução Normativa n.º 05, de 26/05/2017, atualizada em 2020:

18.1.1 As licitantes deverão preencher as Planilhas em arquivo Excel, fazendo constar as memórias de cálculo detalhadas, discriminando a metodologia e fórmulas adotadas para a obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes de composição de custos e formação de preços dos postos de serviço, a fim de facilitar a análise por parte da área técnica.

18.2 As Planilhas de Custos e Formação de Preços servirão para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução do contrato e deverão ser utilizadas como base em eventuais repactuações ou revisões de preços.

18.3 No preenchimento das Planilhas de Custos e Formação de Preços, a licitante deverá observar as orientações/informações, referentes às Convenções Coletivas de Trabalho e demais valores e percentuais utilizados como parâmetro pelo Município.



18.3.1 A inobservância das orientações/informações citadas neste subitem, **quanto ao correto preenchimento** da planilha de custos e formação de preços **resultará na desclassificação da proposta.**

18.4 O Município poderá realizar diligências junto à licitante classificada inicialmente como vencedora, a fim de **esclarecer dúvidas ou complementar informações** acerca dos **valores e/ou percentuais** informados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores **em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente)** acarretará a **desclassificação da proposta.**

18.4.1 A inobservância do prazo fixado pelo Município para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados **insuficientes ou incompletos** ocasionará a **desclassificação da proposta.**

18.4.2 Nos casos em que forem detectados **erros e/ou inconsistências nas planilhas** apresentadas, durante a análise da aceitação da proposta, o Município poderá determinar à licitante vencedora, **mediante diligência, a promoção de ajustes nessas planilhas**, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, **desde que não haja majoração do preço proposto.**

19. DA APRESENTAÇÃO DAS PLANILHAS E PROPOSTAS DE PREÇOS

19.1 Os modelos de Planilhas de Custos e Formação de Preços estão apresentados no **ANEXO I deste Termo de Referência**, em conformidade com **Instrução Normativa n.º 05, de 26/05/2017**. A licitante deverá preencher, além da “Planilha de Custos e Formação de Preços” para cada um dos profissionais, o **Anexo I - C - “Complemento dos Serviços de Limpeza e Conservação”**, o “**Modelo de Proposta de Preços**”, nos termos do **Anexo I - D** deste Termo de Referência, observados os custos efetivos e as demais adaptações específicas para cada categoria/profissional.

19.1.1 A licitante deverá **encaminhar, junto com as Planilhas, uma cópia dos Acordos, dos Dissídios ou das Convenções Coletivas de Trabalho das categorias utilizados na formulação dos preços, caso seja(m) diferentes dos utilizados pelo Município.**

19.1.2 No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição.

19.2 A licitante vencedora deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §6º do art. 140; art. 124, inciso I, alínea A, e §1º, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

19.2.1 O disposto acima se aplica, inclusive, nos casos de equívoco afeto à fixação dos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como o valor provido com o quantitativo de vale transporte.



19.2.2 Caso se verifique que a proposta apresentada contém eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a licitante vencedora, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.

19.3 O tipo de assistência médica e odontológica ofertado aos profissionais será aquele previsto em leis, normativos ou nas **Convenções Coletivas de Trabalho**, devendo tais gastos serem inseridos como parte dos custos da prestação dos serviços (“Benefícios Mensais e Diários”).

19.4 Na hipótese em que a lei, o normativo ou as Convenções Coletivas de Trabalho indicadas neste Termo de Referência forem silentes a respeito dos benefícios aqui tratados, ou mesmo nos casos em que inexistir lei ou norma específica, e havendo inserção na proposta de valor referente ao vale alimentação, transporte, assistência médica e odontológica e outros, a **licitante deverá apresentar os documentos comprobatórios e a memória de cálculo que serviram de base para a definição desses valores em sua planilha.**

19.4.1 A não apresentação dos documentos comprobatórios citados neste subitem, mesmo após nova exigência via diligência, **resultará na desclassificação da proposta**

19.5 **Não há previsão de horas extras** para quaisquer das categorias previstas neste Termo de Referência.

19.6 As propostas deverão conter indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas que regem cada categoria profissional que executará os serviços, indicadas neste Termo de Referência, e a respectiva data base e vigência.

19.7 Deverão ser observados, quando do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, os valores, percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis, em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, Sesi ou Sesc, Senai ou Senac, INCRA, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/RAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros).

19.7.1 As empresas deverão observar as disposições do Decreto n.º 6.957/2009 e outras que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta, devendo aplicar o Fator Acidentário de Prevenção - FAP para o seu CNPJ, definido pelo Ministério da Previdência Social.

19.7.2 A licitante deve preencher o item “Riscos Ambientais do Trabalho - RAT” da planilha de custos e formação de preços considerando o valor de seu FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

19.7.3 Considerando-se jurisprudência do TCU - Acórdão n.º 288/2014 - Plenário, fica vedada a inclusão do item “Reserva Técnica” na planilha de custos e de formação de preços, já que não existem eventos que motivariam a aceitação desse tipo de custo. A inserção de custos dessa natureza acarretará a necessidade de retificação da proposta, solicitada mediante diligência, sendo que o não atendimento da mesma acarretará a desclassificação da proposta.

19.7.4 Conforme Súmula n.º 254/2010 do TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL não podem ser



repassados para a Contratante, pois são tributos de natureza direta e personalíssima, que oneram diretamente a Contratada.

19.7.5 Os custos referentes ao item “Treinamento/Capacitação/Reciclagem”, considerando o entendimento esposado pelo TCU, deverão estar contemplados no item “Custos Indiretos, Tributos e Lucro”.

19.8 Na formulação de sua proposta, a empresa deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida, no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme previsto nas Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 - Acórdão TCU - Plenário n.º 2.647/2009.

19.8.1 A licitante deverá comprovar por meio de documentação hábil o seu regime de tributação, a fim de que se possa certificar que as alíquotas do PIS e da COFINS consignadas na planilha conferem com sua opção tributária.

19.8.2 Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis n.º 10.637/2002 e n.º 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

19.8.3 As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas.

19.8.4 Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não-cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento.

19.8.5 Caso a licitante não tenha recolhido tais tributos pelo regime de tributação de incidência não-cumulativa no período anterior à data da proposta, a apuração do percentual médio efetivo pode ser realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda assim, apresentar os dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições) referentes aos 12 (doze) meses anteriores à data da proposta.

19.9 Considerando-se que a contratação de serviços terceirizados, via de regra, se enquadra, para fins tributários no conceito de cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei n.º 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos arts. 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa - RFB n.º 971, de 13/11/2009 e alterações, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser Contratada, poderá não se beneficiar da condição de optante e, nessa hipótese, estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua **EXCLUSÃO OBRIGATÓRIA DO SIMPLES NACIONAL A CONTAR DO MÊS SEGUINTE AO DA CONTRATAÇÃO**, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da



Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. (Acórdão TCU 797/2011 - Plenário)

19.9.1 A licitante ME ou EPP somente poderá usufruir, nesta licitação, dos benefícios provenientes da opção pelo Simples Nacional caso comprove documentalmente que se dedica exclusivamente à atividade de limpeza e conservação, ou a exerce em conjunto com outras atividades para as quais não seja vedada a opção pelo Simples Nacional, em observância ao caput do art. 17 (e incisos), c/c o § 5º-C, inciso VI, do art. 18, todos da Lei Complementar n.º 123/2006.

19.9.2 Caso a licitante não atenda aos requisitos previstos na Subcláusula 19.9.1, ficará IMPEDIDA DE APRESENTAR PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, já que tal prática implicaria ofensa às disposições da LC n.º 123/2006, conforme posicionamento externado pelo Tribunal de Contas da União - TCU no Acórdão TCU n.º 797/2011 - Plenário.

19.9.3 Na hipótese aventada no subitem 16.9.2, a licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser Contratada, após a assinatura do contrato, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal do Brasil, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. (Acórdão TCU n.º 2.798/2010 - Plenário e IN SLTI n.º 2/2008)

19.9.4 Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o Município, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

19.10 Ocorrendo o atendimento dos requisitos listados na Subcláusula 19.9.1, a licitante poderá apresentar as PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, devendo, para tanto, observar o disposto no § 5º - C, do art. 18, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial no tocante às alíquotas fixadas no **Anexo IV** da citada Lei Complementar, hipótese em que **não estará incluída no Simples Nacional** a Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, que deverá ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis.

19.11 A base para estabelecimento de critérios de repactuação de preços serão as Convenções Coletivas de Trabalho dos Sindicatos, ou ainda, na ausência de regulação por tais instrumentos, o preço praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.



20. DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS DOS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATADA

20.1 A Contratada fornecerá por sua conta, sem ônus adicional para a Contratante, todos os equipamentos, ferramentas e utensílios, a serem utilizados nos serviços, em perfeitas condições de funcionamento, conforme especificações e quantitativos estimados constantes do **Anexo I** deste **Termo de Referência**.

21. DA CONTRATAÇÃO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

21.1 A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência dar-se-á por meio de Contrato Administrativo, a ser assinado com a empresa vencedora do certame, discriminando cada item de prestação de serviços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação para a celebração do mesmo, conforme Minuta de Contrato a ser fornecida juntamente com o Edital de Licitação.

21.2 A vigência do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 106, caput, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

21.3 A Contratada deverá, no prazo máximo de 05 (cinco dias) úteis, contados da celebração do contrato, alocar mão-de-obra nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pela Contratante informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados.

21.4 Segundo dispõe o Item 3 do Anexo IX, da Instrução Normativa n.º 05/2017, a Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 106 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

21.4.1 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

21.4.2 Não será efetivada a prorrogação contratual quando os preços praticados pela Contratada estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços.

21.4.3 Também não se realizará a prorrogação contratual quando a Contratada tiver sido declarada inidônea, impedida ou suspensa temporariamente de participação em licitação e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos.

22. DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE DE PREÇOS

22.1 O objeto deste Termo de Referência será contratado pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora, que será **fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses**.



22.1.1 O preço ofertado já leva em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como tributos, despesas com vale-transporte, alimentação dos funcionários, entre outras.

22.2 Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja observado o **interregno mínimo de um ano**.

22.3 O **interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação** será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo certo que se considera como data do orçamento aquela do **acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente** vigente à época da apresentação da proposta.

22.4 Nas **repactuações subsequentes à primeira**, a **anualidade** será contada a partir da **data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação**.

22.5 Quando a contratação **envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas**, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

22.6 A Contratada poderá exercer, perante a Contratante, seu direito à repactuação, da data do registro da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, **se não o fizer de forma tempestiva**, e, por via de consequência, **prorrogar o Contrato sem pleitear a respectiva repactuação**, ocorrerá a preclusão de seu direito de repactuar. (Acórdão n.º 1.828/2008 - TCU/Plenário e Instrução Normativa n.º 05/2017).

22.6.1 As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato, também serão objeto de **preclusão com o encerramento do contrato**.

22.7 A Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

22.8 O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

23. DA GESTÃO CONTRATUAL E FISCALIZAÇÃO

23.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, em conformidade com a art. 117, caput da Lei n.º 14.133, 1 de abril de 2021.

23.2 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, VI);

23.2.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, II);

23.2.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato,



determinando prazo para a correção. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, III);

23.2.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, IV).

23.2.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, V).

23.2.5 O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, VII).

23.3 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto Federal n.º 11.246, de 2022).

23.4 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV).

23.5 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, IV).

23.6 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, III).

23.7 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, II).

23.8 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

23.9 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor



com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, X).

23.10 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, VII).

23.11 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, VI).

23.12 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções.

23.12.1 ADVERTÊNCIA POR ESCRITO, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

23.12.2 MULTA;

23.12.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

23.12.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

23.12.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

23.12.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

23.12.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

23.12.2.6 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

23.12.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.12.3.1 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Município, com o consequente descredenciamento no CMFC pelo prazo de até cinco anos.



23.12.3.2 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 27.1 deste Termo de Referência.

23.12.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.13 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02



8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

23.14 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, IV da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, as empresas ou profissionais que:

23.14.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.14.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.14.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.15 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999.

23.16 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

23.17 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.18 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.19 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.20 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



23.21 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24. MODELO DE EXECUÇÃO

24.1 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

24.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

24.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

24.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

24.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

24.7 Reunião de Pré-Trabalho e Orientação - A reunião é obrigatória. Antes do início do trabalho, principalmente para as atividades que envolvam riscos de acidentes, os representantes da Contratada devem se reunir com os representantes do Município de Coribe para uma reunião preparatória, a fim de assegurar a correta compreensão das disposições relativas a Saúde, Segurança, Meio Ambiente, autorizações e requisitos operacionais. A reunião também cobrirá os veículos, materiais e equipamentos necessários à execução do trabalho, riscos operacionais, EPI's que serão utilizados, questões relativas a meio ambiente, liberações necessárias e treinamentos. Os participantes da reunião devem ser todos os empregados da Contratada, SubContratada e fornecedores que irão desempenhar atividades que envolvam riscos de acidentes ao trabalhador nas dependências ou externamente do Município de Coribe. Esta reunião deverá ser registrada em ata.

25. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

25.1 RECEBIMENTO DO OBJETO

25.1.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para



efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

25.1.2 Os serviços de limpeza, conservação e higienização poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

25.1.3 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

25.1.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

25.1.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

25.1.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

25.1.7 Em caso de troca ou substituição de qualquer profissional, a Contratada deverá atualizar os dados e documentações junto à Fiscalização da Contratante.

25.2 LIQUIDAÇÃO

25.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis contados a partir do início do mês subsequente, para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77/2022.

25.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

25.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 25.2.3.1** o prazo de validade;
- 25.2.3.2** a data da emissão;
- 25.2.3.3** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 25.2.3.4** o período respectivo de execução do contrato;
- 25.2.3.5** dados de porcentagem dos serviços e materiais



25.2.3.6 o valor a pagar; e

25.2.3.7 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

25.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

25.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Coribe, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

25.2.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Coribe para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

25.2.7 A Nota Fiscal deverá vir acompanhada dos seguintes documentos comprobatórios da regularidade da Contratada com as exigências legais:

25.2.7.1 Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;

25.2.7.2 Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

25.2.7.3 Certidão Negativa de Débitos Municipais

25.2.7.4 Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;

25.2.7.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

25.2.7.6 Declaração de Optante pelo Simples Nacional, caso seja aplicável;

25.2.8 Constatando-se, junto ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Coribe, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

25.2.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

25.2.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

25.2.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o



contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Coribe.

25.3 PRAZO DE PAGAMENTO

25.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do início do mês subsequente ao da prestação dos serviços mensais, finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2022.

25.4 FORMA DE PAGAMENTO

25.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

25.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

25.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

25.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

25.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

25.5 ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

25.5.1 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento seja parcial ou total, conforme as regras previstas no presente tópico.

25.6 CESSÃO DE CRÉDITO

25.6.1 Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME n.º 53, de 8 de Julho de 2020, por tratar-se de regulação adstrita ao Governo Federal, em seu âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

25.6.2 A cessão fiduciária de direitos creditícios apenas poderão ser utilizados pela empresa Contratada, quando houver regulamentação própria no âmbito do Governo Público Municipal de Coribe - Bahia, às quais estarão reguladas por suas instruções normativas.



26. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

26.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, previsto no deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

26.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

26.2.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas; ou

26.2.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

26.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- I.** Deixar de entregar de documentos ou de atender a solicitações da fiscalização;
- II.** Deixar de entregar os uniformes e falhas utilização das vestimentas fornecidas;
- III.** Ausência de prestação de serviços;
- IV.** Descumprimento de direitos trabalhistas dos empregados.
- V.** Deixar de se manifestar formalmente quando notificado pela Contratante;
- VI.** Não comunicar tempestivamente a Secretaria Municipal demandante o extravio de qualquer equipamento, documento, acessório ou objeto pertencente ao Município;
- VII.** Deixar de tratar com respeito, urbanidade, educação e ética os usuários nos locais de prestação dos serviços de limpeza;
- VIII.** Deixar de manter os locais em boas condições de higiene e limpeza;

26.4 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

26.4.1 não produziu os resultados acordados;

26.4.2 deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

26.4.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

26.4.4 O instrumento de medição considera a gravidade, a urgência e a tendência das condutas classificáveis nos critérios previstos no subitem próprio e sua aplicação ocorrerá sem prejuízo das demais sanções previstas na Clausula própria deste Termo de Referência.

26.5 O pagamento será realizado após a observância das disposições de recebimento e aceitação previstas no Termo de Referência, bem como após a aplicação do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, o qual avaliará a qualidade dos serviços prestados conforme critérios acima definidos.



27. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

27.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

28. ESTIMATIVAS DO VALOR E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

28.1. A Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de prédios públicos das Secretarias do Município de Coribe - Bahia, terá orçamento aberto sem caráter sigiloso, e sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para elaboração das propostas, em entendimento ao contido no Artigo 24º da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

28.2. Os licitantes devem considerar para fins de apresentação de propostas **apenas as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência**, considerando que são especificações que foram emanadas das necessidades da Poder Executivo Municipal e de acordo com as necessidades atualizadas dos serviços de limpeza, conservação e higienização e conforme seguem:

28.1.1 Os preços unitários mensais deverão ser completos abrangendo além da boa prestação dos serviços de locação, o fornecimento do veículo, do motorista ou não, seguro, manutenções preventivas e corretivas, tributos, despesas indiretas, lucro, seguro total, encargos, enfim tudo mais que possa contribuir para a composição do custo final da prestação dos serviços, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

28.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

28.4. A minuta do contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

28.5. As empresas licitantes devem observar que em casos de divergência entre as especificações constantes no Sistema do Governo Federal - ComprasNet, e as constantes neste Termo de Referência, **sempre prevalecerão estas últimas**.

28.5.1. Caso, a empresa licitante apresente proposta em desconformidade com as exigências mínimas disposta neste Termo de Referência a mesma será desclassificada.

28.5.2. O Município de Coribe realizará uma análise detalhada e minuciosa sobre cada serviços propostos, consubstanciado nas exigências mínimas, portanto, qualquer apresentação de serviços que não atenda ao mínimo exigido a proposta será desclassificada.

28.6. As estimativas de serviços por unidades de medidas m² (metro quadrado) estão estimadas, diante de perspectivas e planejamento prévio, mas obviamente não detemos o total conhecimento acerca das necessidades exatas ao longo de todo um exercício financeiro, além das necessidades provenientes das vindouras demandas que se fazem



necessárias ao longo dos exercícios e que atendam suficientemente as demandas de cada secretaria municipal que fazem parte do presente processo administrativo do Município de Coribe - Bahia.

29. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

29.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Coribe - Bahia, contratação será atendida pelas seguintes dotações:

02.06.00 - Secretaria Municipal de Saúde

- 10.302.032.2065 - Gestão das Ações da Atenção Primária
- 10.302.032.2068 - Gestão das Ações das Equipes de Saúde da Família - PSF
- 10.302.032.2302 - Gestão das Ações da Atenção Especializada - Hospital
- 10.122.032.2297 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde
- 3.3.9.0.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.02.00 - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

- 04.122.007.2017 - Manutenção da Secretaria de Administração
- 3.3.9.0.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.08.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social

- 08.244.027.2057 - Manutenção do FMAS
- 08.244.027.2316 - Serviços de Proteção Social Básica
- 08.244.027.2318 - Manutenção do CREAS
- 3.3.9.0.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

29.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

30. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

30.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

31. REQUISITOS LEGAIS

31.1. É de responsabilidade da empresa vencedora de qualquer um dos veículos locados, realizar, arcar, providenciar e certificar-se do cumprimento de quaisquer exigências da regulamentação técnica Federal, Estadual e/ou Municipal, que disponha sobre a qualidade, segurança, legalidade, taxas, licenças, desempenho para a devida disponibilização dos veículos para a Município de Coribe - Bahia.



32. ELABORAÇÃO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

32.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelas Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Saúde em atendimento e sob a orientação dos profissionais do Departamento de Licitações e Contratos Administrativos com vistas a atender às necessidades apresentadas das secretarias do Município de Coribe para contratação dos serviços de limpeza, conservação e higienização.

Murillo Ferreira Viana
Prefeito
Município de Coribe



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização com e sem motorista destinados as necessidades do Município de Coribe - Bahia.

A

Município de Coribe

Equipe de Pregão Eletrônico

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 002/2024

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe.

1. Identificação do Licitante:

- a. Razão Social:
- b. CNPJ n.º:
- c. Inscrição Estadual:
- d. Endereço completo:
- e. Telefone, fax, e-mail:
- f. Banco, Agência e n.º da conta corrente:

2. Condições Gerais da Proposta:

- a. a presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação;
- b. o valor do preço unitário e o valor total estão detalhados nesta proposta de preço, nos quais estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, além de sua remuneração, inclusive impostos, taxas de qualquer natureza, contribuições, alvarás, mão de obra, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, garantias, equipamentos, transportes, seguros, insumos, uniformes, substituições, materiais/serviços utilizados na manutenção e quaisquer outras despesas necessárias que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação para o cumprimento das obrigações decorrentes dos Contratos.

3. Pelo presente Termo declaramos e garantimos que:

- a. examinamos cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceitamos todas as condições nele estipuladas e que, ao assinarmos este Termo, renunciamos ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
- b. cumprimos plenamente as disposições normativas relativas ao trabalho do menor, contida na Lei n.º 9.854, de 27/10/1999 e na Constituição Federal de 1988;



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE CORIBE

- c. em nossa proposta estão incluídas todas as despesas referentes à execução do objeto licitado, bem como todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o referido objeto;
- d. informaremos a existência de fato superveniente impeditivo de nossa habilitação, caso venha a ocorrer.

4. Condições de Pagamento:

- a. O prazo para pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados a partir do mês subsequente, ou no prazo previsto no item próprio do edital, após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

5. Proposta de Preços

- a. Apresentamos nossa proposta de preços para os serviços abaixo relacionados com os quantitativos e os respectivos serviços em cada secretaria municipal propostos:

A		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
Resumo	Custo M²	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês	Estimativa Quantitativo Anual	Custo Anual
	(R\$/M²)	(M²)				(R\$)
	[a]	[b]	[c]	[d] = [b] x [c]	[e] = [d] x 12	[a] x [e]
Área Interna Geral	R\$	1.350	2	2.700	32.400	R\$
Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações	R\$	255	1	255	3.060	R\$
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	R\$	759	1	759	9.108	R\$
Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	R\$	16.110	1	16.110	193.320	R\$
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	R\$	161	1	161	1.932	R\$
VALOR ANUAL - PROPOSTO						R\$

B		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
---	--	--	--	--	--	--



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE CORIBE

Resumo	Custo M ²	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês [d] = [b] x [c]	Estimativa Quantitativo Anual [e] = [d] x 12	Custo Anual
	(R\$/M ²)	(M ²)				(R\$)
	[a]	[b]				[a] x [e]
Área Interna <i>Geral</i>	R\$	1.064	2	2.128	25.536	R\$
Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações	R\$	213	1	213	2.556	R\$
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	R\$	427	1	427	5.124	R\$
Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	R\$	944	1	944	11.328	R\$
Esquadrias <i>Face Interna e Face Externa sem exposição a risco</i>	R\$	159	1	159	1.908	R\$
VALOR ANUAL - ESTIMADO						R\$

C	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
---	-------------------------------

Resumo	Custo M ²	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês [d] = [b] x [c]	Estimativa Quantitativo Anual [e] = [d] x 12	Custo Anual
	(R\$/M ²)	(M ²)				(R\$)
	[a]	[b]				[a] x [e]
Área Interna <i>Geral</i>	R\$	2.476	2	4.952	59.424	R\$
Área Hospitalar e Assemelhada	R\$	963	10	9.630	115.560	R\$
Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações	R\$	1.092	1	1.092	13.104	R\$
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	R\$	3.449	1	3.449	41.388	R\$



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE CORIBE

Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	R\$	4.800	1	4.800	57.600	R\$
Esquadrias <i>Face Interna e Face Externa sem exposição a risco</i>	R\$	515	1	515	6.180	R\$
VALOR ANUAL - ESTIMADO						R\$

Resultado - Secretarias Municipais - Estimativa Anual
--

Secretaria Municipal de Administração	R\$
Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$
Secretaria Municipal de Saúde	R\$

VALOR ANUAL - ESTIMADO	R\$
-------------------------------	------------

O valor da proposta do **LOTE 01 - Secretaria Municipal de Administração** é o valor mensal proposto de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXX XXXXX) o que perfaz o valor anual da proposta em R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXX XXXXX); **LOTE 02 - Secretaria Municipal de Assistência Social** é o valor mensal proposto de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXX XXXXX) o que perfaz o valor anual da proposta em R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXX XXXXX); **LOTE 03 - Secretaria Municipal de Saúde** é o valor mensal proposto de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXX XXXXX) o que perfaz o valor anual da proposta em R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXX XXXXX); aos quais perfazem o valor global da proposta em R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXX XXXX XXXXXXXX XXXXX), conforme: as Planilhas de Composição dos Preços Unitários, em anexo, que são partes integrantes e inseparáveis desta proposta.

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2024.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo
Cargo na Empresa / Representante
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º.....

ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização com e sem motorista destinados as necessidades do Município de Coribe - Bahia.

DECLARAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

A

Município de Coribe

Pregoeiro e Equipe de Apoio

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 002/2024

A empresa, inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º, apresenta às seguintes declarações:

DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no processo de Pregão Eletrônico n.º 002/2024, que não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos ou dirigente de Órgão ou Entidade contratante ou responsável pela dispensa de licitação, nos termos do § 1º, artigo 9º, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

DECLARA, para fins do disposto no inciso IV do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menores a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do Inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

DECLARA, que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

DECLARA, sob as penalidades cabíveis, de que não está incurso nos impedimentos de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021;

DECLARA, sob as penalidades cabíveis, de que atendemos aos requisitos de habilitação, e que responderei pela veracidade das informações prestadas, de que trata o inciso I, art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021;

DECLARA, sob as penalidades cabíveis, de que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de que trata o inciso IV, art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021;



DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que atendemos aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei disposta no art. 63, I, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

DECLARA, sob as penalidades cabíveis, e sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DECLARA, que conforme o constante no edital a empresa sendo vencedora da presente licitação, se responsabiliza por quaisquer danos causados por seus empregados ao município, servidores, contratados ou cargos de confiança do Município, dentro da área e dependências onde serão prestados os serviços, bem como pelo desaparecimento de bens do Município e de terceiros, seja por omissão ou negligência de seus empregados.

DECLARA que caso seja declarada vencedora da licitação, instalará, em Coribe - Bahia, sede, filial ou representação, dotada de infraestrutura administrativa e técnica, adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, a ser comprovada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da assinatura do contrato.

DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data Inexistem fatos Impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firmo a presente

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 2024.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo
Cargo na Empresa / Representante
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º.....

ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.



ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

Pregão Eletrônico para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização com e sem motorista destinados as necessidades do Município de Coribe - Bahia.

MINUTA DA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

N.º XXX/2024

**TERMO DE CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE FAZEM
ENTRE A MUNICÍPIO DE
CORIBE - BAHIA E A
EMPRESA
XXXXXXXXXXXX XXXXXX
XXXXXXXX.**

A MUNICÍPIO DE CORIBE, BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Bandeirantes, 285, Centro, Coribe, Bahia, CEP 47.690-000, registrado no CNPJ sob o n.º 13.912.084/0001-81, pessoa jurídica de direito público interno, legalmente representado por seu Prefeito o Senhor XXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX, brasileiro, casado, portador do RG n.º XXXXXX SSP/XX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, com endereço profissional na sede deste Município, doravante denominado Contratante; e a empresa XXXXXX XXXXX XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço situado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXX, CEP XX.XXX-XXX, neste ato representado pelo(a) senhor(a) XXXXXXXXXXX XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade sob o n.º XXX.XXXXX, inscrito no CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXX, CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada Contratada, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 014/2024 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da licitação Pregão Eletrônico n.º 002/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

DO PROCESSO LICITATÓRIO

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente contrato para Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de prédios públicos das Secretarias do Município de Coribe - Bahia, o qual justifica-se a licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 002/2024, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de prédios públicos das Secretarias do



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE CORIBE

Município de Coribe - Bahia, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao instrumento convocatório do Pregão Eletrônico n.º 002/2024, identificada no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Resumo	Custo M ² (R\$/M ²) [a]	Quant. (M ²) [b]	Frequência no Mês Estimativa [c]	Quantidade Estimativa no Mês [d] = [b] x [c]	Estimativa Quantitativo Anual [e] = [d] x 12	Custo Anual (R\$) [a] x [e]
Área Interna Geral	XX,XX	XXX	X	XXX	XX,XX	XX,XX
Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações	XX,XX	XXX	X	XXX	XX,XX	XX,XX
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	XX,XX	XXX	X	XXX	XX,XX	XX,XX
Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	XX,XX	XXX	X	XXX	XXX,XX	XX,XX
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	XX,XX	XXX	X	XXX	XX,XX	XX,XX
Valor Total Estimado						XXX.XXX,XX

2. CLÁUSULA SEGUNDA - MODELO DE EXECUÇÃO

2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

2.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

2.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



2.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA GESTÃO CONTRATUAL E FISCALIZAÇÃO

3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, em conformidade com a art. 117, caput da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

3.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, VI);

3.2.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, II);

3.2.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, III);

3.2.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, IV).

3.2.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, V).

3.2.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, VII).

3.3. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto Federal n.º 11.246, de 2022).

3.3.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV).



3.4. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, IV).

3.4.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, III).

3.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, II).

3.4.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

3.4.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, X).

3.5. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 22, VII).

3.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Federal n.º 11.246, de 2022, art. 21, VI).

4. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto licitatório, nos termos do Art. 122, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

4.2. O Contratante não terá nenhum vínculo contratual com os profissionais da empresa contratada, toda a relação será realizada com a empresa Contratada, inclusive pagamentos e aplicações das sanções contratualmente previstas, no caso de quaisquer descumprimentos da avença.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal do contrato é de R\$ XXXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXX), perfazendo o valor total para 12 (doze) meses de R\$ XXXXXX,XX



(XXXXXXXXXXXXX), sendo R\$ XXXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXX) para o exercício de XXXX e R\$ XXXX (XXXXXXXXXXXXX) para o exercício de 2024.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados dos serviços unitário aos quais compõe o valor global estimado.

5.4. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, treinamento, garantia de 12 (doze) meses, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. DA LIQUIDAÇÃO

7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77/2022.

7.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.1. o prazo de validade;

7.3.2. a data da emissão;

7.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.3.5. o valor a pagar; e

7.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Coribe, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Coribe para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.7. Constatando-se, junto ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Coribe, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade



fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Coribe.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do início do mês subsequente ao da prestação dos serviços mensais, finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2022.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. DO REAJUSTE

10.1. Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



10.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. DO PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. A vigência do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 106, caput, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

11.2. A Contratada deverá, no prazo máximo de 05 (cinco dias) úteis, contados da celebração do contrato, alocar mão-de-obra nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pela Contratante informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados.

11.3. Segundo dispõe o Item 3 do Anexo IX, da Instrução Normativa n.º 05/2017, a Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 106 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

11.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

11.5. Não será efetivada a prorrogação contratual quando os preços praticados pela Contratada estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços.

11.6. Também não se realizará a prorrogação contratual quando a Contratada tiver sido declarada inidônea, impedida ou suspensa temporariamente de participação em licitação e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos das Dotações Orçamentárias a seguir especificadas:

02.06.00 - Secretaria Municipal de Saúde

10.302.032.2065 - Gestão das Ações da Atenção Primária

10.302.032.2068 - Gestão das Ações das Equipes de Saúde da Família - PSF

10.302.032.2302 - Gestão das Ações da Atenção Especializada - Hospital

10.122.032.2297 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde



3.3.9.0.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.02.00 - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

04.122.007.2017 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.9.0.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.08.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social

08.244.027.2057 - Manutenção do FMAS

08.244.027.2316 - Serviços de Proteção Social Básica

08.244.027.2318 - Manutenção do CREAS

3.3.9.0.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

13.2. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

13.3. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Contratante;

13.4. Fornecer uniformes completos, com reposição a cada 12 (doze) meses, para cada profissional alocado, conforme especificações do edital, inclusive Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva - EPIs e EPCs, no que couber, tudo sujeito à aprovação da Contratante, vedado o repasse dos respectivos custos aos seus empregados;

13.4.1. Manter seus empregados uniformizados. Deverão, ainda, se apresentar sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no de higiene pessoal, devendo ser substituído imediatamente aquele que não estiver de acordo com esta exigência, mediante comunicação do órgão gestor.

13.5. Nomear Encarregado de Limpeza responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local do trabalho em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este encarregado terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao Fiscal do Contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas, bem como cuidar da disciplina, controlar a frequência e a apresentação pessoal dos empregados, e ainda, estar sempre em contato com a fiscalização do contrato, o qual poderá ter acesso ao controle de frequência diária sempre que julgar necessário atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio do seu encarregado;



13.6. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio do seu encarregado;

13.7. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

13.8. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

13.9. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos comprovadamente causem ao patrimônio da Contratante, ou a terceiros, durante a permanência no local de serviço, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

13.10. Efetivar os pagamentos e os ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, vale-transporte, vale-refeição e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes deste Contrato, tendo em vista que os empregados da empresa não terão nenhum vínculo com a Contratante;

13.11. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos seus empregados utilizados nos serviços contratados, via depósito bancário ou cheque nominal, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante, bem como recolher no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo sempre que solicitado, as comprovações respectivas;

13.11.1. Em caso de impossibilidade de cumprimento do disposto no presente subitem, a Contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Contratante possa verificar a realização do pagamento;

13.12. Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas pela Contratante;

13.13. O atraso no pagamento de fatura por parte da Contratante, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a Contratada de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;

13.14. Efetivar a reposição da mão-de-obra nos prazos a seguir estipulados, quando ocorrer ausência do profissional titular, sempre que demandar a execução dos serviços aos quais não podem deixar de serem realizados, atendendo às mesmas exigências de qualificação feitas em relação ao substituído, nos seguintes casos:

d) Falta, justificada ou injustificada, inclusive por motivo de greve da categoria, **no prazo máximo de 04 (quatro) horas**, a contar da ciência do afastamento. O atendimento a este critério apenas afasta a penalidade, mas será descontado o respectivo valor;

e) Gozo de férias, afastamentos legais de qualquer natureza ou demissão, a partir da data de início do período;

f) Solicitação do Fiscal do Contrato, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, a contar da data de solicitação.

13.15. Relatar, por escrito, ao Fiscal da Contratante toda e qualquer anormalidade observada afeta à prestação dos serviços;



13.16. Obrigar-se a manter rigorosamente em dia o pagamento das obrigações trabalhistas, devidas aos seus funcionários;

13.17. Orientar os funcionários para que se comportem sempre de forma cordial, e se apresentem sempre dentro dos padrões de apresentação e higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços;

13.18. Apresentar à Contratante, em observância às disposições da Instrução Normativa n.º 05/2017, nos seguintes prazos, as informações e/ou documentos listados abaixo:

13.18.1. Mensalmente ou em outra periodicidade conforme o caso:

- f) Nota Fiscal/Fatura;
- g) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND;
- h) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- i) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

13.18.2. Quando solicitado pela Contratante:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
- c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

13.19. Cabe ainda, à Contratada, assumir a responsabilidade por:

- e) Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante;
- f) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da Contratante;



g) Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

h) Encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

13.20. Fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, todos os comprovantes de pagamento dos empregados e recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;

13.21. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência sem a prévia autorização da Contratante;

13.22. Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades a terceiros;

13.23. Manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade exigidas no edital;

13.24. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

13.25. Cumprir com as obrigações trabalhistas e manter as condições de habilitação, sob pena de dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

13.26. Apresentar, caso seja optante pelo Simples Nacional, no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato, cópias dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do §1º do artigo 30 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

13.26.1. O procedimento acima somente será exigido se a Contratada **não se dedicar exclusivamente à atividade de limpeza e conservação**, ou **a exercer em conjunto com outras atividades** para as quais seja **vedada a opção pelo Simples Nacional**, em observância ao **caput** do art. 17 (e incisos), c/c o § 5º-C, inciso VI, do art. 18, todos da Lei Complementar n.º 123/2006.

13.27. Nos termos da Lei n.º 12.305, de 2010, do Decreto n.º 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

13.27.1. realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

13.27.2. os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

13.27.3. otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

13.27.4. racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;



13.27.5. substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

13.27.6. usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

13.27.7. racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

13.27.8. realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

13.27.9. treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

13.27.10. utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

13.27.11. observar a Resolução CONAMA n.º 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

13.27.12. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

13.27.13. respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

13.27.14. desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

13.27.15. pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

13.27.16. lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

13.27.17. pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

13.28. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.29. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.30. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



13.31. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.33. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021;

13.34. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.35. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Coribe - CFMC, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

13.36. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.37. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.38. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.39. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.40. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13.41. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



13.42. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.43. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.44. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.45. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação no art. 116, da Lei n.º 14.133/2021;

13.46. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;

13.47. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.48. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;

13.49. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13.50. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

13.51. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

13.52. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

13.53. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.54. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.55. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

13.56. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;



13.57. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.58. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

13.59. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.60. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.61. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

13.62. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.63. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.64. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.65. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.66. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Além das obrigações previstas em contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, caberá à Contratante:

14.1.1. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais de prestação dos serviços;



14.1.2. Prestar à Contratada as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;

14.1.3. Comunicar, por escrito, à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;

14.1.4. Efetuar os pagamentos na forma convencionada no Contrato;

14.1.5. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Termo de Referência;

14.1.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021;

14.1.7. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

14.1.8. Exigir o afastamento e/ou substituição imediata de empregado que não mereça confiança no trato com os serviços prestados, que adote posturas inadequadas ou incompatíveis com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;

14.1.9. Impedir que terceiros, que não seja a empresa Contratada, efetuem os serviços prestados;

14.1.10. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa Contratada, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de suspensão do contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela Contratante;

14.1.11. Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da Contratada,

14.1.12. Proceder a vistorias nos locais onde os serviços estão sendo realizados, por meio do fiscal do contrato, cientificando o preposto da Contratada e determinando a imediata regularização das falhas eventualmente detectadas;

14.1.13. Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

14.1.14. Disponibilizar local para a guarda dos saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios da empresa contratada que serão utilizados para a execução dos serviços;

14.1.15. Caso a Contratada optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação, a própria Contratante, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício do Simples Nacional, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

14.1.16. Analisar a documentação solicitada no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente;

14.1.17. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias e para o FGTS, deverá oficiar ao Ministério da



Previdência Social, à Receita Federal do Brasil - RFB e ao Ministério do Trabalho e Emprego.

14.1.18. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021;

14.1.19. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.1.20. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

14.1.21. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

14.1.22. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, conforme §4º, do art. 137, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.1.23. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.1.24. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

15.1. Não haverá exigência da garantia da contratação em conformidade com o Artigo 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

16. DAS PENALIDADES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

16.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

16.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

16.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



16.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

16.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

16.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.2.4. Multa:

16.2.4.1. moratória de 2% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

16.2.4.2. moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021)

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no



caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):

16.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

16.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

16.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

16.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

16.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

17. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO

17.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021. E ainda, reconhecidos os direitos da Administração, previstos nos artigos 137 a 139 da Lei Federal n.º 14.133/2021, este Contrato poderá ser reincidido ainda:



17.1.1. O Contratante poderá extinguir administrativamente o respectivo Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, do art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

17.1.2. Nas hipóteses de extinção com base nos incisos I a V e VIII do art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

17.1.3. Pela inadimplência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal de tal forma que não subsistam condições para a continuidade do mesmo.

17.1.4. Pela a superveniência de eventos que impeçam ou tornem inconveniente o prosseguimento de sua execução.

17.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução o contrato, inciso V do Art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

17.1.6. Mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 0,8 (oito) dias, sem qualquer ônus, ressalvada as obrigações contratuais a que se submeterão; poderá haver a extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deste Instrumento, reduzida a termo no respectivo processo precedida de autorização escrita e fundamentada do Prefeito do Município de Coribe, desde que haja conveniência administrativa e relevante interesse público, na forma estabelecida no Art. 138, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

17.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

17.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa

17.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.5.3. Indenizações e multas.



17.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021)

18. DAS ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

19. DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

20. PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficial do Município de Coribe, no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, combinado art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto Federal n.º 7.724, de 16 de maio de 2012.

21. FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Justiça, Seção Judiciária de Coribe - Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.

21.2. E, por estarem justos e Contratadas, preparam o presente Termo de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Coribe, Bahia, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito
Município de Coribe
CNPJ n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX
Contratante

Nome do Representante
Cargo na Empresa
Empresa Contratada
CNPJ n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX
CONTRATADO



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE CORIBE

Testemunhas:

1ª _____
CPF n.º _____

2ª _____
CPF n.º _____



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO - VISITA TÉCNICA

Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios do Município de Coribe - Bahia

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

A

Prefeitura Municipal de Coribe

Equipe de Pregão Presencial

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 002/2024

Declaramos que em atendimento ao previsto no edital de Pregão Eletrônico n.º 002/2024, que eu, _____, portador(a) da CI/RG n.º _____ e do CPF n.º _____, função na empresa _____, da empresa _____, estabelecida no (a) _____, como seu representante legal para os fins da presente declaração, compareci perante o Município de Coribe e vistoriei todos os locais, onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e dos graus de dificuldades existentes.

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2024.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo
Cargo na Empresa / Representante
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º.....

ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.



ANEXO VI

TERMO DE CONCILIAÇÃO - MPT E A UNIÃO

Pregão Eletrônico para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização com e sem motorista destinados as necessidades do Município de Coribe - Bahia.

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL ENTRE A UNIÃO E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia



gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT - Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) - Serviços de limpeza;
- b) - Serviços de conservação;
- c) - Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) - Serviços de recepção;
- e) - Serviços de copeiragem;
- f) - Serviços de reprografia;
- g) - Serviços de telefonia;
- h) - Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) - Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) - Serviços de auxiliar de escritório;
- k) - Serviços de auxiliar administrativo;
- l) - Serviços de office boy (contínuo);
- m) - Serviços de digitação;
- n) - Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) - Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) - Serviços de ascensorista;
- q) - Serviços de enfermagem; e
- r) - Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro - O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.



Parágrafo Segundo - As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo - Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta - A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro - O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo - Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA



Cláusula Quinta - A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta - - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único - Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO
Sub-Procuradora-Regional da União -1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Prefeito da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Prefeito da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS

Prefeito da Associação Nacional dos Procuradores



ANEXO VI

MODELO DE PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização com e sem motorista destinados as necessidades do Município de Coribe - Bahia.

**MODELOS
DE
PLANILHAS
DE
COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Coribe - Bahia

ITEM	Mão de Obra	Produtividade e	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M ²)	(R\$)	(R\$/M ²)
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Interna	Encarregado	1/(30*800)	4.909,82	0,20
	Servente	1/800	4.641,66	5,80
	Total			6,00

ITEM	Mão de Obra	Produtividade e	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M ²)	(R\$)	(R\$/M ²)
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Interna / Hospitalar e Assemelhada	Encarregado	1/(30*330)	4.909,82	R\$ 0,50
	Servente	1/330	5.401,10	R\$ 16,37
	Total			R\$ 16,87

ITEM	Mão de Obra	Produtividade e	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M ²)	(R\$)	(R\$/M ²)
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Externa / Tipo 1 (pisos adjacentes/ contíguos às edificações)	Encarregado	1/(30*1800)	4.909,82	R\$ 0,09
	Servente	1/1800	4.641,66	R\$ 2,58
	Total			R\$ 2,67

ITEM	Mão de Obra	Produtividade e	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M ²)	(R\$)	(R\$/M ²)
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Externa / Tipo 2 (varrição de pátios, passeios e arruamentos)	Encarregado	1/(30*6000)	4.909,82	R\$ 0,03
	Servente	1/6000	4.641,66	R\$ 0,77
	Total			R\$ 0,80

ITEM	Mão de Obra	Produtividade e	Preço Homem/Mês	Subtotal
		(1/M ²)	(R\$)	(R\$/M ²)
		[a]	[b]	[c] = [a] x [b]
Área Externa / Tipo 3 (coleta de detritos em áreas verdes)	Encarregado	1/(30*100000)	4.909,82	R\$ -
	Servente	1/100000	4.641,66	R\$ 0,05
	Total			R\$ 0,05



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024
----------------	--------------------------------

ITEM	Mão de Obra	Produtividade e	Frequência no	Jornada de
		(1/M ²)	Mês	Trabalho no Mês
		[a]	[b]	[c]
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	Encarregado	1/(30*300)	16	1/191,4
	Servente	1/300	16	1/191,4
	Ki= [a] x [b] x [c]		Preço Homem-Mês	Subtotal
	-		(R\$)	(R\$/M ²)
	[d]		[e]	[f] = [d] x [e]
	Encarregado	0,00000127	4.909,82	R\$ 0,01
	Servente	0,00038000	4.641,66	R\$ 1,76
	Total			R\$ 1,77

A	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
Resumo	Custo M ²	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês [d] = [b] x [c]	Estimativa Quantitativo Anual [e] = [d] x 12	Custo Anual
	(R\$/M ²)	(M ²)				(R\$)
	[a]	[b]				[a] x [e]
Área Interna Geral	R\$ 6,00	1.350	2	2.700	32.400,00	R\$ 194.400,00
Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações	R\$ 2,67	255	1	255	3.060,00	R\$ 8.170,20
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	R\$ 0,80	759	1	759	9.108,00	R\$ 7.286,40
Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	R\$ 0,05	16.110	1	16.110	193.320,00	R\$ 9.666,00
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	R\$ 1,77	161	1	161	1.932,00	R\$ 3.419,64
VALOR ANUAL - ESTIMADO						R\$ 222.942,24

B	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Resumo	Custo M ²	Quant.	Frequência no Mês Estimativa	Quantidade Estimativa no Mês	Estimativa Quantitativo Anual	Custo Anual
	(R\$/M ²)	(M ²)				(R\$)



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024					
	[a]	[b]	[c]	$[d] = [b] \times [c]$	$[e] = [d] \times 12$	$[a] \times [e]$
Área Interna Geral	R\$ 6,00	1.064	2	2.128	25.536,00	R\$ 153.216,00
Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações	R\$ 2,67	213	1	213	2.556,00	R\$ 6.824,52
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	R\$ 0,80	427	1	427	5.124,00	R\$ 4.099,20
Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	R\$ 0,05	944	1	944	11.328,00	R\$ 566,40
Esquadrias Face Interna e Face Externa sem exposição a risco	R\$ 1,77	159	1	159	1.908,00	R\$ 3.377,16
VALOR ANUAL - ESTIMADO						R\$ 168.083,28

C	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
Resumo	Custo M ²	Quant.	Frequência no Mês	Quantidade Estimativa no Mês	Estimativa Quantitativo Anual	Custo Anual
	(R\$/M ²)	(M ²)	Estimativa	$[d] = [b] \times [c]$	$[e] = [d] \times 12$	(R\$)
	[a]	[b]	[c]	$[d] = [b] \times [c]$	$[e] = [d] \times 12$	$[a] \times [e]$
Área Interna Geral	R\$ 6,00	2.476	2	4.952	59.424,00	R\$ 356.544,00
Área Hospitalar e Assemelhada	R\$ 16,87	963	10	9.630	115.560,00	R\$ 1.949.497,20
Área Externa / Tipo 1 - Pisos adjacentes / contíguos às edificações	R\$ 2,67	1.092	1	1.092	13.104,00	R\$ 34.987,68
Área Externa / Tipo 2 - Varrição de pátios, passeios e arruamentos	R\$ 0,80	3.449	1	3.449	41.388,00	R\$ 33.110,40
Área Externa / Tipo 3 - Coleta de detritos em áreas verdes	R\$ 0,05	4.800	1	4.800	57.600,00	R\$ 2.880,00



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE CORIBE

CNPJ n.º 13.912.084/0001-81

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Licitação n.º:	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024					
Esquadrias <i>Face Interna e Face Externa sem exposição a risco</i>	R\$ 1,77	515	1	515	6.180,00	R\$ 10.938,60
VALOR ANUAL - ESTIMADO						#####

Resultado - Secretarias Municipais - Estimativa Anual

Secretaria Municipal de Administração	R\$ 222.942,24
Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$ 168.083,28
Secretaria Municipal de Saúde	R\$ 2.387.957,88
VALOR ANUAL - ESTIMADO	R\$ 2.778.983,40

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS****PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024****Custo Estimado - Unitário e Total**

Unidade da Federação	ÁREA		ÁREA		ESQUADRIA EXTERNA		Cadernos Técnicos Governo Federal Serviços de Limpeza
	INTERNA		EXTERNA		Face interna/Face externa sem exposição a situação de risco		
	Produtividade		Produtividade		Produtividade		2019
	800 m²		1.800 m²		300 m²		
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	ESTADO
AL - 06/12/2019	R\$ 3,88	R\$ 4,67	R\$ 2,59	R\$ 3,12	R\$ 0,88	R\$ 1,06	Alagoas
AP - 28/08/2019	R\$ 3,88	R\$ 4,67	R\$ 2,58	R\$ 3,11	R\$ 0,88	R\$ 1,05	Amapá
AM - 27/06/2019	R\$ 3,87	R\$ 4,66	R\$ 2,58	R\$ 3,11	R\$ 0,88	R\$ 1,05	Amazonas
CE - 13/08/2019	R\$ 4,28	R\$ 5,15	R\$ 2,85	R\$ 3,44	R\$ 0,97	R\$ 1,16	Ceará
DF - 08/05/2019	R\$ 5,60	R\$ 6,73	R\$ 3,73	R\$ 4,48	R\$ 1,26	R\$ 1,52	Distrito Federal
ES - 28/08/2019	R\$ 4,71	R\$ 5,67	R\$ 3,14	R\$ 3,78	R\$ 1,06	R\$ 1,28	Espírito Santo
GO - 13/08/2019	R\$ 3,94	R\$ 4,75	R\$ 2,63	R\$ 3,17	R\$ 0,89	R\$ 1,07	Goiás
MA - 26/09/2019	R\$ 4,11	R\$ 4,95	R\$ 2,74	R\$ 3,30	R\$ 0,93	R\$ 1,12	Maranhão
MT - 06/12/2019	R\$ 4,36	R\$ 5,25	R\$ 2,91	R\$ 3,50	R\$ 0,99	R\$ 1,19	Mato Grosso
MS - 27/06/2019	R\$ 3,69	R\$ 4,44	R\$ 2,46	R\$ 2,96	R\$ 0,83	R\$ 1,00	Mato Grosso do Sul
MG - 27/06/2019	R\$ 4,38	R\$ 5,28	R\$ 2,92	R\$ 3,52	R\$ 0,99	R\$ 1,19	Minas Gerais
PA - 13/08/2019	R\$ 4,19	R\$ 5,04	R\$ 2,79	R\$ 3,36	R\$ 0,95	R\$ 1,14	Pará
PB - 23/10/2019	R\$ 3,74	R\$ 4,50	R\$ 2,49	R\$ 3,00	R\$ 0,84	R\$ 1,02	Paraíba
PR - 26/09/2019	R\$ 4,62	R\$ 5,56	R\$ 3,08	R\$ 3,71	R\$ 1,04	R\$ 1,26	Paraná
PE - 26/09/2019	R\$ 3,83	R\$ 4,62	R\$ 2,56	R\$ 3,08	R\$ 0,87	R\$ 1,04	Pernambuco
PI - 06/12/2019	R\$ 3,92	R\$ 4,72	R\$ 2,61	R\$ 3,15	R\$ 0,89	R\$ 1,07	Piauí
RJ - 26/09/2019	R\$ 4,58	R\$ 5,52	R\$ 3,05	R\$ 3,68	R\$ 1,04	R\$ 1,25	Rio de Janeiro
RN - 26/09/2019	R\$ 3,83	R\$ 4,61	R\$ 2,55	R\$ 3,07	R\$ 0,86	R\$ 1,04	Rio Grande do Norte
RS - 27/06/2019	R\$ 4,71	R\$ 5,67	R\$ 3,14	R\$ 3,78	R\$ 1,06	R\$ 1,28	Rio Grande do Sul
RO - 26/09/2019	R\$ 4,37	R\$ 5,26	R\$ 2,92	R\$ 3,51	R\$ 0,99	R\$ 1,19	Rondônia
SC - 13/08/2019	R\$ 4,95	R\$ 5,97	R\$ 3,30	R\$ 3,98	R\$ 1,12	R\$ 1,35	Santa Catarina
SP - 23/10/2019	R\$ 4,49	R\$ 5,40	R\$ 2,99	R\$ 3,60	R\$ 1,01	R\$ 1,22	São Paulo
SE - 23/10/2019	R\$ 3,69	R\$ 4,45	R\$ 2,46	R\$ 2,96	R\$ 0,83	R\$ 1,01	Sergipe



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE CORIBE

CNPJ n.º 13.912.084/0001-81



TO - 23/10/2019	R\$ 4,31	R\$ 5,19	R\$ 2,88	R\$ 3,46	R\$ 0,97	R\$ 1,17	Tocantins
Média Nacional	R\$ 4,25	R\$ 5,11	R\$ 2,83	R\$ 3,41	R\$ 0,96	R\$ 1,16	

Valores de Referência - estes se diferenciam, basicamente na produtividade aplicada em cada área de intervenção.	Menor	Maior	Menor	Maior	Menor	Maior
	R\$ 3,69	R\$ 6,73	R\$ 2,46	R\$ 4,48	R\$ 0,83	R\$ 1,52

Os Estados que não entraram na média, conforme abaixo, os dados são de 2017.	
AC - última atualização - 06/09/2018	Acre
BA - última atualização - 13/06/2017	Bahia
RR - última atualização - 11/09/2017	Roraima



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

Tabela de Referência do Governo Federal para Bahia

O Município de Coribe - Bahia, utilizasse do Caderno Técnico publicado pelo Governo Federal por intermédio do Ministério do Planejamento e Gestão - **Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Limpeza e Conservação - Exercício de 2017**, sendo a sua última publicação, tendo sido para o presente processo aplicado o percentual de IPCA acumulado referente aos **Exercícios de 2020 à 2023**, considerando o penúltimo processo em 2019 e outro em 2022, apenas para mensuração e atualização do valor que foi orçando dentro dos mesmos parâmetros utilizados pela própria Instrução Normativa n.º 005/2017, atualizada em 2020.

LIMITES MÍNIMOS E MÁXIMOS PARA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA - DATA 2019 - MÉDIA NACIONAL

UF - BAHIA	ÁREA INTERNA		ÁREA EXTERNA		ESQUADRIA EXTERNA Face interna / Face Externa sem exposição a situação de risco	
	Produtividade 800 m²		Produtividade 1.800 m²		Produtividade 300 m²	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
	R\$ 4,25	R\$ 5,11	R\$ 2,83	R\$ 3,41	R\$ 0,96	R\$ 1,16

VALORES ATUALIZADOS

IPCA 01/2020 à 12/2023 - ACUMULADO

27,31%

Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
R\$ 5,41	R\$ 6,51	R\$ 3,60	R\$ 4,34	R\$ 1,22	R\$ 1,47

Valor Área Hospitalar e Assemelhados

R\$ 14,18	Atualizado com o IPCA	R\$ 18,05
-----------	-----------------------	-----------

observações

A Tabela acima constante da última publicação para o Estado da Bahia, ainda está sob a égide da Instrução Normativa n.º 002/2008, ou seja, que já foi revogada pela Instrução Normativa n.º 005/20217.

Em 2022 a Tabela constante da publicação do Governo Federal não foi atualizada, e portanto, com vistas a objetividade dos valores utilizados como referência, realizamos o somatório dos valores de todos os estados que estão atualizados até 2019, e extraímos os valores maiores com vistas a balizar o processo em valor referência.



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE CORIBE

CNPJ n.º 13.912.084/0001-81

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2024****VALORES MÁXIMOS DAS COMPOSIÇÕES DE PREÇO - CORIBE**

UF	ÁREA INTERNA	ÁREA HOSPITALAR E ASSEMELHADOS	ÁREA EXTERNA	ÁREA EXTERNA	ÁREA EXTERNA	ESQUADRIAS
			TIPO I	TIPO II	TIPO III	Face Interna e Face Externa sem exposição a risco
	<i>Produtividade</i> 800 m²	<i>Produtividade</i> 330 m²	<i>Produtividade</i> 1.800 m²	<i>Produtividade</i> 6.000 m²	<i>Produtividade</i> 100.000 m² *	<i>Produtividade</i> 300m²
	Valor Estimado	Valor Estimado	Valor Estimado	Valor Estimado	Valor Estimado	Valor Estimado
BA	R\$ 6,00	R\$ 16,87	R\$ 2,67	R\$ 0,80	R\$ 0,05	R\$ 1,77

observações

As produtividades utilizados pelo Município de Coribe - Bahia, foram utilizadas as dispostas na Instrução Normativa n.º 005/2017, de 25 de maio de 2017, atualizada em 2020, que alterou as produtividades dos serviços em referência a Instrução Normativa n.º 002/2008.

Os valores ficaram inferiores aos definidos no tabela de referência do Ministério do Planejamento, porque a produtividade teve considerável alteração.



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE CORIBE

CNPJ n.º 13.912.084/0001-81

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024**COMPOSIÇÃO DAS ÁREAS****MÓDULO I - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Item	Nome da Unidade	Localidade	Área Interna Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 01 - m² -	Área Externa Tipo 02 - m² -	Área Externa Tipo 03 - m² -	Esquadrias Interna e Externa - m² -
1	Prefeitura Municipal	Sede	810,00	185,95	619,85	12,00	80,70
2	Praça da Juventude	Sede	540,00	69,71	139,42	16.098,85	81,00
Total em M²			1.350,00	255,66	759,27	16.110,85	161,70

MÓDULO II - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Item	Nome da Unidade	Localidade	Área Interna (m²)	Área Externa Tipo 01 (m²)	Área Externa Tipo 02 (m²)	Área Externa Tipo 03 (m²)	Esquadrias Interna e Externa (m²)
1	Centro de Referência em Assistência Social	Sede	165,30	38,57	77,14	243,99	24,80
2	Centro de Referência em Assistência Social	Colônia	329,89	54,49	108,98	345,09	49,48
3	Centro de Referência em Assistência Social	Descoberto	180,00	40,25	80,50	91,25	27,00



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE CORIBE

CNPJ n.º 13.912.084/0001-81

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Licitação n.º:			PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024				
4	Centro de Referência em Assistência Social	Ranchinho	95,00	29,24	58,48	87,72	14,25
5	Secretaria Municipal de Assistência Social	Sede	294,00	51,44	102,88	176,68	44,10
Total em M²			1.064,19	213,99	427,98	944,73	159,63

MÓDULO III - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Item	Nome da Unidade	Localidade	Área Interna (m²)	Área Externa Tipo 01 (m²)	Área Externa Tipo 02 (m²)	Área Externa Tipo 03 (m²)	Esquadrias Interna e Externa (m²)
1	Unidade de Saúde da Família Parteira Dona Inês	Sede	267,27	112,50	375,00	225,00	40,09
2	Unidade de Saúde da Família Francisco Vigário da Rocha	Sede	267,27	112,50	375,00	225,00	40,09
3	Unidade de Saúde da Família Miguel Alves das Neves	Colônia	267,27	112,50	375,00	225,00	40,09
4	Unidade de Saúde da Família Felismino Batista da Silva	Ranchinho	267,27	112,50	375,00	225,00	40,09
5	Unidade de Saúde da Família Anísia Pereira do Nascimento	Vila Nova	267,27	112,50	375,00	225,00	40,09
6	Unidade de Saúde da Família Josefino Arruda	Descoberto	371,90	57,85	115,71	312,54	55,79
7	Secretaria Municipal de Saúde - Sede	Sede	230,00	97,50	325,00	195,00	34,50
8	Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância Sanitária	Sede	115,00	71,25	237,50	142,50	17,25
9	Posto de Saúde Novo Horizonte - CAPS	Sede	295,60	51,58	103,16	329,66	44,34
10	Academia da Saúde	Sede	127,29	33,85	67,69	593,93	19,09



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE CORIBE

CNPJ n.º 13.912.084/0001-81



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

11	Hospital Municipal Antônio Joaquim Lopes	Sede	962,93	217,50	725,00	2.101,50	144,44
Total em M²			3.439,07	1.092,03	3.449,06	4.800,13	515,86



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024
---------------	--------------------------------

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO

I	Dados do Salário	Valor (R\$)
A	Tipo de serviço e Categoria Profissional	Encarregado de Campo
B	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.527,56
C	Convenção Coletiva de Trabalho - Data Base	1º de Janeiro
D	Vigência da Convenção Coletiva de Trabalho	01/01/2024 a 31/12/2024
E	Convenção Coletiva de Trabalho no MTE - Vigente 2024	BA000001/2024

II	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.527,56
Total da Remuneração		R\$ 1.527,56

MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS, DIÁRIOS, MENSAIS E ANUAIS

GRUPO A

A	Composição	%	Valor (R\$)
A1	INSS - empregador	20,00%	R\$ 305,51
A2	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 22,91
A3	SENAC ou SENAI	1,00%	R\$ 15,28
A4	INCRA	0,20%	R\$ 3,06
A5	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,17
A6	Salário-Educação	2,50%	R\$ 38,19
A7	SAT- GIL/RAT	3,00%	R\$ 45,83
A8	FGTS	8,00%	R\$ 122,20
Total		36,80%	R\$ 562,14

GRUPO B

B	Composição	%	Valor (R\$)
B1	Auxílio Enfermidade	9,37%	R\$ 143,13
B2	13º Salário	2,87%	R\$ 43,84
B3	Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,31
B4	Faltas Justificadas	0,54%	R\$ 8,25
B5	Auxílio Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 5,04
B6	Férias Gozadas	0,06%	R\$ 0,92
B7	Salário Maternidade	0,34%	R\$ 5,19
B8	Férias Gozadas	3,12%	R\$ 47,66
B9	Salário Maternidade	9,37%	R\$ 143,13
Total		26,02%	R\$ 397,47

GRUPO C

C	Composição	%	Valor (R\$)
C1	Aviso prévio indenizado	4,66%	R\$ 71,18
C2	FGTS sem aviso prévio	0,28%	R\$ 4,28



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024		
C3	Reflexos no Aviso Prévio Indenizado	0,70%	R\$ 10,69
C4	Multa FGTS	3,93%	R\$ 60,03
C5	Contribuição Social 10% sem FGTS	0,98%	R\$ 14,97
C6	Indenização Adicional	0,09%	R\$ 1,37
Total		10,64%	R\$ 162,53

GRUPO D

D	Composição	%	Valor (R\$)
D1	Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	9,57%	R\$ 146,19
D2	Incidência sobre o Salário maternidade	0,46%	R\$ 7,03
Total		10,03%	R\$ 153,21

Percentual de Encargos Sociais - Conforme Convenção Coletiva de Trabalho	83,49%
Valor dos Encargos Sociais - Conforme Convenção Coletiva de Trabalho	R\$ 1.275,36

MÓDULO 3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

III	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Auxílio Alimentação (22) dias	R\$ 374,00
A -	Desconto legal sobre Auxílio Alimentação (máximo 20% sobre o custo)	R\$ 74,80
B	Vale-Transporte (52 conf. Cláusula Décima da Convenção)	R\$ 264,00
B -	Desconto legal sobre transporte (máximo 6% sobre o salário-base)	R\$ 91,65
Total de Insumos Diversos		R\$ 471,55
Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios		R\$ 3.274,47

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE MÃO DE OBRA AUSENTE

IV	Reposição de Profissionais	Valor (R\$)
A	Custo de Reposição de Profissionais Ausentes	R\$ 337,01
Total de Reposição		R\$ 337,01
Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios + Insumos		R\$ 3.611,47

MÓDULO 5 - INSUMOS DA MÃO DE OBRA

V	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 152,40
B	Materiais, manutenção e depreciação dos equipamentos	R\$ -
Total de Insumos Diversos		R\$ 152,40
Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios + Reposição + Insumos		R\$ 3.763,88

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL

	Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL	%	Valor (R\$)
--	---	---	-------------



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE CORIBE

CNPJ n.º 13.912.084/0001-81

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Licitação n.º	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024
---------------	--------------------------------

VI	CITL - formula da Fundação Instituto de Administração - FIA 2014/2015	30,45%	R\$ 1.145,94
<i>CI</i>	<i>Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais</i>		3,00%
<i>L</i>	<i>Lucro antes do Imposto de Renda</i>		6,79%
<i>T</i>	<i>Tributos</i>		14,25%
	C1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)		9,25%
	C1.1 - PIS		1,65%
	C1.2 - COFINS		7,60%
	C3 - Tributos Municipais (ISSQN)		5,00%
	C3.1 - ISSQN		5,00%

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Salário Base	R\$ 1.527,56
B	Módulo 2 - Encargos Sociais e Benefícios	R\$ 1.275,36
C	Módulo 3 - Benefícios Mensais e Diários	R\$ 471,55
D	Módulo 4 - Custo de Reposição de Mão de Obra Ausente	R\$ 337,01
E	Módulo 4 - Insumos da Mão de Obra	R\$ 152,40
Subtotal (A + B + C + D):		R\$ 3.763,88
F	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.145,94
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 4.909,82



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

MEMÓRIA DE CÁLCULO - ENCARREGADO DE CAMPO

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO

I	Dados do Salário	
A	Tipo de serviço e Categoria Profissional	Encarregado de Campo
B	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.527,56
C	Convenção Coletiva de Trabalho - Data Base	1º de Janeiro
D	Vigência da Convenção Coletiva de Trabalho	01/01/2024 a 31/12/2024
E	Convenção Coletiva de Trabalho no MTE - Vigente 2024	BA00001/2024
II	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	1.527,56
Total da Remuneração		R\$ 1.527,56

MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS SOBRE A MÃO DE OBRA

Grupo A - Encargos Sociais Básicos, derivados de legislação específica ou convenção coletiva de trabalho, que concedem benefícios aos empregados, como: Previdência Social, Seguro Contra Acidente de Trabalho, Salário Educação e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; ou que instituem fonte fiscal de recolhimento para instituições de caráter público, tais como: INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE;

GRUPO A			
A1	INSS - empregador	20,00%	Artigo 22 Inciso I Lei n.º 8.212/91
A2	SESC ou SESI	1,50%	Artigo 15 Lei n.º 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88
A3	SENAC ou SENAI	1,00%	Artigo 3º Lei n.º 8.036/90
A4	INCRA	0,20%	Decreto n.º 2.318/86
A5	SEBRAE	0,60%	Decreto n.º 6.042/2007 CNAE 8121/00
A6	Salário-Educação	2,50%	Artigo 8º Lei n.º 8029/90 e Lei n.º 8154 de 28/12/90
A7	SAT- GIL/RAT	3,00%	Art. 3º Inciso I Decreto n.º 87.043/82
A8	FGTS	8,00%	Lei n.º 7787 de 30/06/89 e DL n.º 1146/70
TOTAL		36,80%	

Grupo B - Encargos Sociais que recebem incidência do Grupo A e caracterizam-se por custos advindos da remuneração devida ao trabalhador sem que exista a prestação do serviço correspondente, tais como o repouso semanal remunerado, feriados e 13º salário;

GRUPO B			
B1	Férias Gozadas	9,37%	Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII
B2	Auxílio Doença	2,87%	Art. 59 a 64 lei 8213/91, Art. 201, I CF/1988 cc Arts 71 a 80 Dec 3048/1999
B3	Licença Maternidade/Paternidade	0,02%	Art. 7 Inciso XIX CF/88
B4	Faltas Justificadas	0,54%	Artigos n.º 473 e 822 da CLT
B5	Auxílio Acidente de Trabalho	0,33%	Lei 6.367/76 e Artigo 473 da CLT
B6	Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	Artigo 487 CLT e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88
B7	Treinamento	0,34%	IN 05 do MET e Item XXII da CF/88
B8	1/3 Férias Constitucional	3,12%	Artigo 7, Inciso XVII CF/88



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:		PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024	
B9	13º Salário	9,37%	Lei 4060/62 e Lei 7.787/89 Inciso III Art. 7 CF88
TOTAL		26,02%	

GRUPO C - São encargos de natureza indenizatória e pagos, em sua maioria, diretamente ao empregado quando da interrupção do contrato de trabalho.

GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,66%	Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,28%	Sumula 305 TST
C3	Férias Indenizadas	0,70%	Decreto 6727/2009
C4	Multa FGTS	3,93%	Artigo 487 CLT e Artigo 10, Inciso I da Disposição Transitória CF 1988
C5	Contribuição Social 10% s/FGTS	0,98%	Artigo 1º Lei complementar n.º 110/01
C6	Indenização Adicional	0,09%	Artigo 9 Lei n.º 7238/1984
TOTAL		10,64%	

GRUPO D - O Grupo D considera casos de reincidência de um encargo ou grupo de encargos, sobre outro. Ocorre quando o custo proveniente de determinado encargo não é calculado sobre o valor simples da remuneração, mas sim sobre a remuneração acrescida de outros encargos.

A reincidência do Grupo A de encargos sobre o Grupo B é devida, pois sobre todos os pagamentos realizados em rubricas do Grupo B incidirão os encargos de origem legal do Grupo A.

$$36,80\% \times 26,02\% = 9,57\%$$

Por sua vez, sobre o Aviso Prévio Indenizado deverá incidir o depósito do FGTS, e sobre o Aviso Prévio Trabalhado incidirão os encargos do Grupo A, da seguinte forma:

$$(4,66\% \times 8,00\%) + (0,11\% \times 36,80\%) = 0,46\%$$

GRUPO D		
D1	Incidência de Grupo A sobre Grupo B	9,57%
D2	Incidência sobre o Salário Maternidade	0,46%
TOTAL		10,03%

Precentual de Encargos Sociais conforme o modelo utilizado para apropriação dos Encargos Sociais por parte da Caixa Econômica Federal ajustadas às características regionais do Estado da Bahia, com Vigência a partir de outubro de 2018	83,49%
---	--------

Valor dos Encargos Sociais	R\$ 1.275,36
----------------------------	--------------

MÓDULO 3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

Vale-Transporte: O vale transporte foi baseado no preço da passagem, trajeto de ida e volta residência dentro do Município de Coribe, através de van ou moto táxi, por não haver transporte coletivo dentro do Município:

I	Vale Transporte			
	Valor Unitário (R\$)	Vales por dia	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 6,00	2	22	R\$ 264,00



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

Desconto de Vale-Transporte: Conforme Parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 - "O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico."

I (A)	Desconto de Vale Transporte		
	Base de Cálculo (R\$)	Perecentual (%)	Valor (R\$)
	1.527,56	6,00%	R\$ 91,65

I (B)	Custo Efetivo do Vale Transporte		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 264,00	R\$ 91,65	R\$ 172,35

Vale Refeição: Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho CCT - "As empresas concederão auxílio alimentação no valor de R\$ 17,00 (dezesete reais), a partir da data de registro do presente Instrumento Coletivo, por dia de efetivo trabalho, para os beneficiários da presente Convenção Coletiva com turno de trabalho superior a 06 (seis) horas, sendo que tal parcela não será integrada ao salário sob nenhuma hipótese, respeitando-se a legislação aplicável à espécie, podendo as empresas descontar do salário do empregado o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor mensal do referido benefício."

II	Vale Refeição		
	Valor Diário (R\$)	Dias Trabalhados	Custo Total (R\$)
	R\$ 17,00	22	R\$ 374,00

Valor Diário: Previsto na Cláusula Oitava do Convenção Coletiva de Trabalho.

Dias trabalhados: consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho: 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais

Custo Total: valor mensal que será repassado ao empregado pelo empregador.

II (A)	Desconto de Vale Refeição		
	Base de Cálculo (R\$)	Perecentual (%)	Valor do Desconto (R\$)
	R\$ 374,00	20,00%	R\$ 74,80

Base de Cálculo: Valor mensal do auxílio.

Percentual: Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho.

Valor do Desconto: Base de Cálculo x Percentual.

II (B)	Custo Efetivo do Vale Refeição		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 374,00	R\$ 74,80	R\$ 299,20

Custo Total: Valor do vale refeição.

Desconto: Contrapartida do empregado em relação ao benefício.

Custo efetivo: Valor que a administração repassará à contratada.

3.1	VALOR DOS BENEFÍCIOS		
	Vale Transporte (R\$)	Vale Refeição (R\$)	Valor (R\$)
	R\$ 172,35	R\$ 299,20	R\$ 471,55

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE - CRPA

O custo de Reposição do Profissional Ausente corresponde ao valor que será pago toda vez que um empregado estiver ausente e será necessária sua reposição.

1º - Calcula-se o custo de um empregado por dia:

2º Calcula-se a necessidade de reposição do profissional em dias



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

3º Calcula-se o Custo de Reposição do Profissional Ausente nas ausências legais

III	Custo diário para reposição do profissional ausente		
	Base de Cálculo (R\$)	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 3.274,47	22,00	R\$ 148,84

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3.

Dias trabalhados: consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho = 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais.**Custo diário:** Base de cálculo ÷ Dias trabalhados.

Memória de Cálculo Número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento				
Categoria	Incidência Anual	Duração Legal da Ausência	44h	
			Proporção de Dias	Dias de Reposição
Férias	1,0000	30	69,04%	20,7120
Ausência justificada	1,0000	1	100,00%	1,0000
Acidente trabalho	0,1642	15	69,04%	1,7005
Afastamento por doença	1,0000	5	69,04%	3,4520
Consulta médica filho	0,1531	2	100,00%	0,3062
Óbitos na família	0,0000	2	69,04%	0,0000
Casamento	0,0000	3	100,00%	0,0000
Doação de sangue	0,0000	1	100,00%	0,0000
Testemunho	0,0000	1	100,00%	0,0000
Paternidade	0,0000	20	69,04%	0,0000
Maternidade	0,0000	180	69,04%	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000	6	100,00%	0,0000

Categoria: Direito assegurado ao trabalhador, previsto na legislação trabalhista vigente, para os quais haverá necessidade de reposição do profissional por parte da empresa contratada.**Incidência:** Probabilidade de ocorrência da ausência, com base nos dados estatísticos apurados.**Duração Legal:** Quantidade de dias de afastamento, conforme legislação vigente.**Proporção de dias afetados:** 44h - considera a proporção de dias úteis que poderão ser afetados pelo afastamento. Para 2022 a previsão é de 252 dias úteis. Portanto: $252/365 = 69,04\%$ **Dias de reposição:** Quantidade provável de dias afetados pelo afastamento do profissional no ano.**Cálculo:** (Incidência anual x duração legal da ausência) x proporção de dias afetados

Estimativa da necessidade de reposição de profissional	
Composição	44h sem
Férias	20,7120
Ausência justificada	1,0000
Acidente trabalho	1,7005
Afastamento por doença	3,4520
Consulta médica filho	0,3062
Óbitos na família	0,0000
Casamento	0,0000
Doação de sangue	0,0000
Testemunho	0,0000
Paternidade	0,0000
Maternidade	0,0000



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

Consulta pré-natal	0,0000
Total para reposição	27,1707

VALOR DO MÓDULO 4

Custo diário	Necessidade de Reposição	Custo anual	Custo Mensal
R\$ 148,84	R\$ 27,17	R\$ 4.044,06	R\$ 337,01

Custo diário: valor do empregado por dia.

Necessidade de reposição: total de dias no ano que terá a necessidade da reposição devido a ausências legais.

Custo anual: Custo diário x Necessidade de Reposição

Custo mensal: Custo anual ÷ 12 meses

MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA

Composição dos insumos de mão-de-obra:

Submódulo 5.1 - Insumos dos Uniformes

Submódulo 5.2 - Insumos de Materiais

5.1	Insumos dos Uniformes		
	Base de Cálculo (R\$)	Perecentual (%)	Valor (R\$)
	R\$ 3.611,47	4,22%	R\$ 152,40

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4.

Percentual: Base de 2018 corrigido pelo IPCA, abaixo detalhado:

INSUMOS DOS UNIFORMES PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - 2022

2020	IPCA ACUMULADO - 01/2020 à 12/2023	AUMENTO	TOTAL
4,52%	27,31%	1,23%	5,75%

Valor: Base de cálculo x percentual.

5.2	Insumos de Materiais - Foram retirados pois insumos de limpeza fornecidos			
	Base de Cálculo (R\$)	Insumos (R\$)	Cofins (R\$)	Valor (R\$)
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Submódulo 5.1.

Insumos: Base de Cálculo x percentual de 12% em relação a soma de todos os itens de custo para cada cargo de Servente

COFINS: Corresponde ao percentual de 9,25% incidente no custo dos insumos

*Obs: Retira-se o valor correspondente ao COFINS (9,25%) nessa etapa da planilha, visto que será tributado no módulo CITL, evitando assim bitributação.

Valor: Insumos - COFINS

VALOR DO MÓDULO 5

SUBMÓDULO 5.1	SUBMÓDULO 5.2	Custo Mensal
R\$ 152,40	R\$ -	R\$ 152,40

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL

Para a obtenção do preço de referência para contratação de um posto de serviço acrescenta-se ao Custo Total do empregado os Custos Indiretos, Tributos e Lucro. O percentual referente ao CITL utilizados tem por base a metodologia adotada pela FIA em estudos desenvolvidos em 2014/2015

Os índices utilizados pela FIA para o cálculo do CITL tem origem nos estudos elaborados pelo Governo do Estado de SP, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal sem, contudo, serem limitadores. Os valores obtidos por esses estudos são:



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

CI	<i>Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais</i>	3,00%
L	<i>Lucro antes do Imposto de Renda</i>	6,79%
T	<i>Tributos</i>	14,25%
	C1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)	9,25%
	C1.1 - PIS	1,65%
	C1.2 - COFINS	7,60%
	C3 - Tributos Municipais (ISSQN)	5,00%
	C3.1 - ISSQN	5,00%

Percentual do CITL: obtido através da fórmula adotada pela FIA:

$$CITL = \frac{1 + CI}{1 - T - L} = \frac{1 + (3,00\%)}{1 - (14,25\%) - (6,79\%)} = 30,45\%$$

VALOR DO MÓDULO 6

Base de Cálculo	Percentual	Valor
R\$ 3.763,88	30,45%	R\$ 1.145,94

VALOR TOTAL POR TRABALHADOR

CATEGORIA	VALOR
Remuneração	R\$ 1.527,56
Encargos Sociais e Benefícios sobre a mão de obra	R\$ 1.275,36
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 471,55
Reposição do Profissional	R\$ 337,01
Insumos de Mão de Obra	R\$ 152,40
CITL	R\$ 1.145,94
VALOR TOTAL	R\$ 4.909,82



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

MEMÓRIA DE CÁLCULO - SERVENTE COM INSALUBRIDADE

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO

I	Dados do Salário	
A	Tipo de serviço e Categoria Profissional	Agente de Limpeza
B	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.426,80
C	Convenção Coletiva de Trabalho - Data Base	1º de Janeiro
D	Vigência da Convenção Coletiva de Trabalho	01/01/2024 a 31/12/2024
E	Convenção Coletiva de Trabalho no MTE - Vigente 2024	BA00001/2024
II	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.426,80
B	Adicional de Insalubridade (20%)	R\$ 285,36
Total da Remuneração		R\$ 1.712,16

MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS SOBRE A MÃO DE OBRA

Grupo A - Encargos Sociais Básicos, derivados de legislação específica ou convenção coletiva de trabalho, que concedem benefícios aos empregados, como: Previdência Social, Seguro Contra Acidente de Trabalho, Salário Educação e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; ou que instituem fonte fiscal de recolhimento para instituições de caráter público, tais como: INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE;

GRUPO A			
A1	INSS - empregador	20,00%	Artigo 22 Inciso I Lei n.º 8.212/91
A2	SESC ou SESI	1,50%	Artigo 15 Lei n.º 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88
A3	SENAC ou SENAI	1,00%	Artigo 3º Lei n.º 8.036/90
A4	INCRA	0,20%	Decreto n.º 2.318/86
A5	SEBRAE	0,60%	Decreto n.º 6.042/2007 CNAE 8121/00
A6	Salário-Educação	2,50%	Artigo 8º Lei n.º 8029/90 e Lei n.º 8154 de 28/12/90
A7	SAT- GIL/RAT	3,00%	Art. 3º Inciso I Decreto n.º 87.043/82
A8	FGTS	8,00%	Lei n.º 7787 de 30/06/89 e DL n.º 1146/70
TOTAL		36,80%	

Grupo B - Encargos Sociais que recebem incidência do Grupo A e caracterizam-se por custos advindos da remuneração devida ao trabalhador sem que exista a prestação do serviço correspondente, tais como o repouso semanal remunerado, feriados e 13º salário;

GRUPO B			
B1	Férias Gozadas	9,37%	Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII
B2	Auxílio Doença	2,87%	Art. 59 a 64 lei 8213/91, Art. 201, I CF/1988 cc Arts 71 a 80 Dec 3048/1999
B3	Licença Maternidade/Paternidade	0,02%	Art. 7 Inciso XIX CF/88
B4	Faltas Justificadas	0,54%	Artigos n.º 473 e 822 da CLT
B5	Auxílio Acidente de Trabalho	0,33%	Lei 6.367/76 e Artigo 473 da CLT
B6	Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	Artigo 487 CLT e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88
B7	Treinamento	0,34%	IN 05 do MET e Item XXII da CF/88
B8	1/3 Férias Constitucional	3,12%	Artigo 7, Inciso XVII CF/88

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

B9	13º Salário	9,37%	Lei 4060/62 e Lei 7.787/89 Inciso III Art. 7 CF88
TOTAL		26,02%	

GRUPO C - São encargos de natureza indenizatória e pagos, em sua maioria, diretamente ao empregado quando da interrupção do contrato de trabalho.

GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,66%	Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,28%	Sumula 305 TST
C3	Férias Indenizadas	0,70%	Decreto 6727/2009
C4	Multa FGTS	3,93%	Artigo 487 CLT e Artigo 10, Inciso I da Disposição Transitória CF 1988
C5	Contribuição Social 10% s/FGTS	0,98%	Artigo 1º Lei complementar n.º 110/01
C6	Indenização Adicional	0,09%	Artigo 9 Lei n.º 7238/1984
TOTAL		10,64%	

GRUPO D - O Grupo D considera casos de reincidência de um encargo ou grupo de encargos, sobre outro. Ocorre quando o custo proveniente de determinado encargo não é calculado sobre o valor simples da remuneração, mas sim sobre a remuneração acrescida de outros encargos.

A reincidência do Grupo A de encargos sobre o Grupo B é devida, pois sobre todos os pagamentos realizados em rubricas do Grupo B incidirão os encargos de origem legal do Grupo A.

$$36,80\% \times 26,02\% = 9,57\%$$

Por sua vez, sobre o Aviso Prévio Indenizado deverá incidir o depósito do FGTS, e sobre o Aviso Prévio Trabalhado incidirão os encargos do Grupo A, da seguinte forma:

$$(4,66\% \times 8,00\%) + (0,11\% \times 36,80\%) = 0,46\%$$

GRUPO D		
D1	Incidência de Grupo A sobre Grupo B	9,57%
D2	Incidência sobre o Salário Maternidade	0,46%
TOTAL		10,03%

Precentual de Encargos Sociais conforme o modelo utilizado para apropriação dos Encargos Sociais por parte da Caixa Econômica Federal ajustadas às características regionais do Estado da Bahia, com Vigência a partir de outubro de 2018	83,49%
---	---------------

Valor dos Encargos Sociais	R\$ 1.429,48
----------------------------	---------------------

MÓDULO 3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

Vale-Transporte: O vale transporte foi baseado no preço da passagem, trajeto de ida e volta residência dentro do Município de Coribe, através de van ou moto táxi, por não haver transporte coletivo dentro do Município:

I	Vale Transporte			
	Valor Unitário (R\$)	Vales por dia	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 6,00	2	22	R\$ 264,00



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

Desconto de Vale-Transporte: Conforme Parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 - "O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico."

I (A)	Desconto de Vale Transporte		
	Base de Cálculo (R\$)	Perecentual (%)	Valor (R\$)
	1.712,16	6,00%	R\$ 102,73

I (B)	Custo Efetivo do Vale Transporte		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 264,00	R\$ 102,73	R\$ 161,27

Vale Refeição: Previsto na Cláusula Nova da Convenção Coletiva de Trabalho CCT - "As empresas concederão auxílio alimentação no valor de R\$ 17,00 (dezesete reais), a partir da data de registro do presente Instrumento Coletivo, por dia de efetivo trabalho, para os beneficiários da presente Convenção Coletiva com turno de trabalho superior a 06 (seis) horas, sendo que tal parcela não será integrada ao salário sob nenhuma hipótese, respeitando-se a legislação aplicável à espécie, podendo as empresas descontar do salário do empregado o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor mensal do referido benefício."

II	Vale Refeição		
	Valor Diário (R\$)	Dias Trabalhados	Custo Total (R\$)
	R\$ 17,00	22	R\$ 374,00

Valor Diário: Previsto na Cláusula Oitava do Convenção Coletiva de Trabalho.

Dias trabalhados: consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho: 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais

Custo Total: valor mensal que será repassado ao empregado pelo empregador.

II (A)	Desconto de Vale Refeição		
	Base de Cálculo (R\$)	Perecentual (%)	Valor do Desconto (R\$)
	R\$ 374,00	20,00%	R\$ 74,80

Base de Cálculo: Valor mensal do auxílio.

Percentual: Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho.

Valor do Desconto: Base de Cálculo x Percentual.

II (B)	Custo Efetivo do Vale Refeição		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 374,00	R\$ 74,80	R\$ 299,20

Custo Total: Valor do vale refeição.

Desconto: Contrapartida do empregado em relação ao benefício.

Custo efetivo: Valor que a administração repassará à contratada.

3.1	VALOR DOS BENEFÍCIOS		
	Vale Transporte (R\$)	Vale Refeição (R\$)	Valor (R\$)
	R\$ 161,27	R\$ 299,20	R\$ 460,47

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE - CRPA

O custo de Reposição do Profissional Ausente corresponde ao valor que será pago toda vez que um empregado estiver ausente e será necessária sua reposição.

1º - Calcula-se o custo de um empregado por dia:

2º Calcula-se a necessidade de reposição do profissional em dias



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

3º Calcula-se o Custo de Reposição do Profissional Ausente nas ausências legais

III	Custo diário para reposição do profissional ausente		
	Base de Cálculo (R\$)	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 3.602,11	22,00	R\$ 163,73

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3.

Dias trabalhados: consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho = 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais.

Custo diário: Base de cálculo ÷ Dias trabalhados.

Memória de Cálculo Número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento				
Categoria	Incidência Anual	Duração Legal da Ausência	44h	
			Proporção de Dias	Dias de Reposição
Férias	1,0000	30	69,04%	20,7120
Ausência justificada	1,0000	1	100,00%	1,0000
Acidente trabalho	0,1642	15	69,04%	1,7005
Afastamento por doença	1,0000	5	69,04%	3,4520
Consulta médica filho	0,1531	2	100,00%	0,3062
Óbitos na família	0,0000	2	69,04%	0,0000
Casamento	0,0000	3	100,00%	0,0000
Doação de sangue	0,0000	1	100,00%	0,0000
Testemunho	0,0000	1	100,00%	0,0000
Paternidade	0,0000	20	69,04%	0,0000
Maternidade	0,0000	180	69,04%	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000	6	100,00%	0,0000

Categoria: Direito assegurado ao trabalhador, previsto na legislação trabalhista vigente, para os quais haverá necessidade de reposição do profissional por parte da empresa contratada.**Incidência:** Probabilidade de ocorrência da ausência, com base nos dados estatísticos apurados.**Duração Legal:** Quantidade de dias de afastamento, conforme legislação vigente.**Proporção de dias afetados:** 44h - considera a proporção de dias úteis que poderão ser afetados pelo afastamento. Para 2024 a previsão é de 252 dias úteis. Portanto: $252/365 = 69,04\%$ **Dias de reposição:** Quantidade provável de dias afetados pelo afastamento do profissional no ano.**Cálculo:** (Incidência anual x duração legal da ausência) x proporção de dias afetados

Estimativa da necessidade de reposição de profissional	
Composição	44h sem
Férias	20,7120
Ausência justificada	1,0000
Acidente trabalho	1,7005
Afastamento por doença	3,4520
Consulta médica filho	0,3062
Óbitos na família	0,0000
Casamento	0,0000
Doação de sangue	0,0000
Testemunho	0,0000
Paternidade	0,0000
Maternidade	0,0000



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

Consulta pré-natal	0,0000
Total para reposição	27,1707

VALOR DO MÓDULO 4

Custo diário	Necessidade de Reposição	Custo anual	Custo Mensal
R\$ 163,73	27,1707	R\$ 4.448,72	R\$ 370,73

Custo diário: valor do empregado por dia.**Necessidade de reposição:** total de dias no ano que terá a necessidade da reposição devido a ausências legais.**Custo anual:** Custo diário x Necessidade de Reposição**Custo mensal:** Custo anual ÷ 12 meses

MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA

Composição dos insumos de mão-de-obra:

Submódulo 5.1 - Insumos dos Uniformes**Submódulo 5.2 - Insumos de Materiais**

5.1	Insumos dos Uniformes		
	Base de Cálculo (R\$)	Perecentual (%)	Valor (R\$)
	R\$ 3.972,84	4,22%	R\$ 167,65

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4.**Percentual:** Base de 2016 corrigido pelo IPCA, abaixo detalhado:

INSUMOS DOS UNIFORMES PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - 2022

2020	IPCA ACUMULADO - 01/2020 à 12/2023	AUMENTO	TOTAL
3,75%	27,31%	1,02%	4,77%

Valor: Base de cálculo x percentual.

5.2	Insumos de Materiais - Foram retirados pois insumos de limpeza fornecidos			
	Base de Cálculo (R\$)	Insumos (R\$)	Cofins (R\$)	Valor (R\$)
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Submódulo 5.1.**Insumos:** Base de Cálculo x percentual de 12% em relação a soma de todos os itens de custo para cada cargo de Servente**COFINS:** Corresponde ao percentual de 9,25% incidente no custo dos insumos***Obs:** Retira-se o valor correspondente ao COFINS (9,25%) nessa etapa da planilha, visto que será tributado no módulo CITL, evitando assim bitributação.**Valor:** Insumos - COFINS

VALOR DO MÓDULO 5

SUBMÓDULO 5.1	SUBMÓDULO 5.2	Custo Mensal
R\$ 167,65	R\$ -	R\$ 167,65

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL

Para a obtenção do preço de referência para contratação de um posto de serviço acrescenta-se ao Custo Total do empregado os Custos Indiretos, Tributos e Lucro. O percentual referente ao CITL utilizados tem por base a metodologia adotada pela FIA em estudos desenvolvidos em 2014/2015

Os índices utilizados pela FIA para o cálculo do CITL tem origem nos estudos elaborados pelo Governo do Estado de SP, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal sem, contudo, serem limitadores. Os valores obtidos por esses estudos são:



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE CORIBE

CNPJ n.º 13.912.084/0001-81

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

<i>CI</i>	<i>Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais</i>	3,00%
<i>L</i>	<i>Lucro antes do Imposto de Renda</i>	6,79%
<i>T</i>	<i>Tributos</i>	14,25%
	C1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)	9,25%
	C1.1 - PIS	1,65%
	C1.2 - COFINS	7,60%
	C3 - Tributos Municipais (ISSQN)	5,00%
	C3.1 - ISSQN	5,00%

Percentual do CITL: obtido através da fórmula adotada pela FIA:

$$CITL = \frac{1 + CI}{1 - T - L} = \frac{1 + (3,00\%)}{1 - (14,25\%) - (6,79\%)} = 30,45\%$$

VALOR DO MÓDULO 6

Base de Cálculo	Percentual	Valor
4.140,49	30,45%	R\$ 1.260,61

VALOR TOTAL POR TRABALHADOR

CATEGORIA	VALOR
<i>Remuneração</i>	R\$ 1.712,16
<i>Encargos Sociais e Benefícios sobre a mão de obra</i>	R\$ 1.429,48
<i>Benefícios Mensais e Diários</i>	R\$ 460,47
<i>Reposição do Profissional</i>	R\$ 370,73
<i>Insumos de Mão de Obra</i>	R\$ 167,65
<i>CITL</i>	R\$ 1.260,61
VALOR TOTAL	R\$ 5.401,10



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

CUSTO - SERVENTE COM INSALUBRIDADE

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO

I	Dados do Salário	Valor (R\$)
A	Tipo de serviço e Categoria Profissional	Agente de Limpeza
B	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.426,80
C	Convenção Coletiva de Trabalho - Data Base	1º de Janeiro
D	Vigência da Convenção Coletiva de Trabalho	01/01/2024 a 31/12/2024
E	Convenção Coletiva de Trabalho no MTE - Vigente 2024	BA000001/2024

II	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.426,80
B	Adicional de Insalubridade (20%)	R\$ 285,36
Total da Remuneração		R\$ 1.712,16

MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS, DIÁRIOS, MENSAIS E ANUAIS

GRUPO A

A	Composição	%	Valor (R\$)
A1	INSS - empregador	20,00%	R\$ 342,43
A2	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 25,68
A3	SENAC ou SENAI	1,00%	R\$ 17,12
A4	INCRA	0,20%	R\$ 3,42
A5	SEBRAE	0,60%	R\$ 10,27
A6	Salário-Educação	2,50%	R\$ 42,80
A7	SAT- GIL/RAT	3,00%	R\$ 51,36
A8	FGTS	8,00%	R\$ 136,97
Total		36,80%	R\$ 630,07

GRUPO B

B	Composição	%	Valor (R\$)
B1	Férias Gozadas	9,37%	R\$ 160,43
B2	Auxílio Doença	2,87%	R\$ 49,14
B3	Licença Maternidade/Paternidade	0,02%	R\$ 0,34
B4	Faltas Justificadas	0,54%	R\$ 9,25
B5	Auxílio Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 5,65
B6	Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	R\$ 1,03
B7	Treinamento	0,34%	R\$ 5,82
B8	1/3 Férias Constitucional	3,12%	R\$ 53,42
B9	13º Salário	9,37%	R\$ 160,43
Total		26,02%	R\$ 445,50

GRUPO C



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024
---------------	--------------------------------

C	Composição	%	Valor (R\$)
C1	Aviso prévio indenizado	4,66%	R\$ 79,79
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,28%	R\$ 4,79
C3	Férias Indenizadas	0,70%	R\$ 11,99
C4	Multa FGTS	3,93%	R\$ 67,29
C5	Contribuição Social 10% sem FGTS	0,98%	R\$ 16,78
C6	Indenização Adicional	0,09%	R\$ 1,54
Total		10,64%	R\$ 182,17

GRUPO D

D	Composição	%	Valor (R\$)
D1	Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	9,57%	R\$ 163,85
D2	Incidência sobre o Salário maternidade	0,46%	R\$ 7,88
Total		10,03%	R\$ 171,73

Percentual de Encargos Sociais - Conforme Convenção Coletiva de Trabalho	83,49%
Valor dos Encargos Sociais - Conforme Convenção Coletiva de Trabalho	R\$ 1.429,48

MÓDULO 3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

III	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Auxílio Alimentação (22) dias	R\$ 374,00
A -	Desconto legal sobre Auxílio Alimentação (máximo 20% sobre o custo)	R\$ 74,80
B	Vale-Transporte (52 conf. Cláusula Décima da Convenção)	R\$ 264,00
B -	Desconto legal sobre transporte (máximo 6% sobre o salário-base)	R\$ 102,73
Total de Insumos Diversos		R\$ 460,47
Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios		R\$ 3.602,11

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE MÃO DE OBRA AUSENTE

IV	Reposição de Profissionais	Valor (R\$)
A	Custo de Reposição de Profissionais Ausentes	R\$ 370,73
Total de Reposição		R\$ 370,73
Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios + Insumos		R\$ 3.972,84

MÓDULO 5 - INSUMOS DA MÃO DE OBRA

V	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 167,65
B	Materiais, manutenção e depreciação dos equipamentos	R\$ -
Total de Insumos Diversos		R\$ 167,65
Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios + Reposição + Insumos		R\$ 4.140,49

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Licitação n.º

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024**MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL**

VI	Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL	%	Valor (R\$)
	CITL - Formula Fundação Instituto de Administração - FIA 2014/2015	30,45%	R\$ 1.260,61
CI	<i>Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais</i>		3,00%
L	<i>Lucro antes do Imposto de Renda</i>		6,79%
T	<i>Tributos</i>		14,25%
	C1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)		9,25%
	C1.1 - PIS		1,65%
	C1.2 - COFINS		7,60%
	C3 - Tributos Municipais (ISSQN)		5,00%
	C3.1 - ISSQN		5,00%

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Salário Base	R\$ 1.712,16
B	Módulo 2 - Encargos Sociais e Benefícios	R\$ 1.429,48
C	Módulo 3 - Benefícios Mensais e Diários	R\$ 460,47
D	Módulo 4 - Custo de Reposição de Mão de Obra Ausente	R\$ 370,73
E	Módulo 4 - Insumos da Mão de Obra	R\$ 167,65
Subtotal (A + B + C + D):		R\$ 4.140,49
F	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.260,61
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 5.401,10



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

MEMÓRIA DE CÁLCULO - SERVENTE SEM INSALUBRIDADE

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO

I	Dados do Salário	
A	Tipo de serviço e Categoria Profissional	Agente de Limpeza
B	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.426,80
C	Convenção Coletiva de Trabalho - Data Base	1º de Janeiro
D	Vigência da Convenção Coletiva de Trabalho	01/01/2024 a 31/12/2024
E	Convenção Coletiva de Trabalho no MTE - Vigente 2024	BA00001/2024
II	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	1.426,80
Total da Remuneração		R\$ 1.426,80

MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS SOBRE A MÃO DE OBRA

Grupo A - Encargos Sociais Básicos, derivados de legislação específica ou convenção coletiva de trabalho, que concedem benefícios aos empregados, como: Previdência Social, Seguro Contra Acidente de Trabalho, Salário Educação e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; ou que instituem fonte fiscal de recolhimento para instituições de caráter público, tais como: INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE;

GRUPO A			
A1	INSS - empregador	20,00%	Artigo 22 Inciso I Lei n.º 8.212/91
A2	SESC ou SESI	1,50%	Artigo 15 Lei n.º 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88
A3	SENAC ou SENAI	1,00%	Artigo 3º Lei n.º 8.036/90
A4	INCRA	0,20%	Decreto n.º 2.318/86
A5	SEBRAE	0,60%	Decreto n.º 6.042/2007 CNAE 8121/00
A6	Salário-Educação	2,50%	Artigo 8º Lei n.º 8029/90 e Lei n.º 8154 de 28/12/90
A7	SAT- GIL/RAT	3,00%	Art. 3º Inciso I Decreto n.º 87.043/82
A8	FGTS	8,00%	Lei n.º 7787 de 30/06/89 e DL n.º 1146/70
TOTAL		36,80%	

Grupo B - Encargos Sociais que recebem incidência do Grupo A e caracterizam-se por custos advindos da remuneração devida ao trabalhador sem que exista a prestação do serviço correspondente, tais como o repouso semanal remunerado, feriados e 13º salário;

GRUPO B			
B1	Férias Gozadas	9,37%	Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII
B2	Auxílio Doença	2,87%	Art. 59 a 64 lei 8213/91, Art. 201, I CF/1988 cc Arts 71 a 80 Dec 3048/1999
B3	Licença Maternidade/Paternidade	0,02%	Art. 7 Inciso XIX CF/88
B4	Faltas Justificadas	0,54%	Artigos n.º 473 e 822 da CLT
B5	Auxílio Acidente de Trabalho	0,33%	Lei 6.367/76 e Artigo 473 da CLT
B6	Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	Artigo 487 CLT e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88
B7	Treinamento	0,34%	IN 05 do MET e Item XXII da CF/88
B8	1/3 Férias Constitucional	3,12%	Artigo 7, Inciso XVII CF/88
B9	13º Salário	9,37%	Lei 4060/62 e Lei 7.787/89 Inciso III Art. 7 CF88

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024**TOTAL****26,02%**

GRUPO C - São encargos de natureza indenizatória e pagos, em sua maioria, diretamente ao empregado quando da interrupção do contrato de trabalho.

GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,66%	<i>Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88</i>
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,28%	<i>Sumula 305 TST</i>
C3	Férias Indenizadas	0,70%	<i>Decreto 6727/2009</i>
C4	Multa FGTS	3,93%	<i>Artigo 487 CLT e Artigo 10, Inciso I da Disposição Transitória CF 1988</i>
C5	Contribuição Social 10% s/FGTS	0,98%	<i>Artigo 1º Lei complementar n.º 110/01</i>
C6	Indenização Adicional	0,09%	<i>Artigo 9 Lei n.º 7238/1984</i>
TOTAL		10,64%	

GRUPO D - O Grupo D considera casos de reincidência de um encargo ou grupo de encargos, sobre outro. Ocorre quando o custo proveniente de determinado encargo não é calculado sobre o valor simples da remuneração, mas sim sobre a remuneração acrescida de outros encargos.

A reincidência do Grupo A de encargos sobre o Grupo B é devida, pois sobre todos os pagamentos realizados em rubricas do Grupo B incidirão os encargos de origem legal do Grupo A.

$$36,80\% \times 26,02\% = 9,57\%$$

Por sua vez, sobre o Aviso Prévio Indenizado deverá incidir o depósito do FGTS, e sobre o Aviso Prévio Trabalhado incidirão os encargos do Grupo A, da seguinte forma:

$$(4,66\% \times 8,00\%) + (0,11\% \times 36,80\%) = 0,46\%$$

GRUPO D		
D1	Incidência de Grupo A sobre Grupo B	9,57%
D2	Incidência sobre o Salário Maternidade	0,46%
TOTAL		10,03%

Precentual de Encargos Sociais conforme o modelo utilizado para apropriação dos Encargos Sociais por parte da Caixa Econômica Federal ajustadas às características regionais do Estado da Bahia, com Vigência a partir de outubro de 2018	83,49%
---	---------------

Valor dos Encargos Sociais	R\$ 1.191,24
----------------------------	---------------------

MÓDULO 3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

Vale-Transporte: O vale transporte foi baseado no preço da passagem, trajeto de ida e volta residência dentro do Município de Coribe, através de van ou moto táxi, por não haver transporte coletivo dentro do Município:

I	Vale Transporte			
	Valor Unitário (R\$)	Vales por dia	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 6,00	2	22	R\$ 264,00



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

Desconto de Vale-Transporte: Conforme Parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 - "O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico."

I (A)	Desconto de Vale Transporte		
	Base de Cálculo (R\$)	Perecentual (%)	Valor (R\$)
	1.426,80	6,00%	R\$ 85,61

I (B)	Custo Efetivo do Vale Transporte		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 264,00	R\$ 85,61	R\$ 178,39

Vale Refeição: Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho CCT - "As empresas concederão auxílio alimentação no valor de R\$ 17,00 (dezessete reais), a partir da data de registro do presente Instrumento Coletivo, por dia de efetivo trabalho, para os beneficiários da presente Convenção Coletiva com turno de trabalho superior a 06 (seis) horas, sendo que tal parcela não será integrada ao salário sob nenhuma hipótese, respeitando-se a legislação aplicável à espécie, podendo as empresas descontar do salário do empregado o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor mensal do referido benefício."

II	Vale Refeição		
	Valor Diário (R\$)	Dias Trabalhados	Custo Total (R\$)
	R\$ 17,00	22	R\$ 374,00

Valor Diário: Previsto na Cláusula Oitava do Convenção Coletiva de Trabalho.

Dias trabalhados: consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho: 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais

Custo Total: valor mensal que será repassado ao empregado pelo empregador.

II (A)	Desconto de Vale Refeição		
	Base de Cálculo (R\$)	Perecentual (%)	Valor do Desconto (R\$)
	R\$ 374,00	20,00%	R\$ 74,80

Base de Cálculo: Valor mensal do auxílio.

Percentual: Previsto na Cláusula Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho.

Valor do Desconto: Base de Cálculo x Percentual.

II (B)	Custo Efetivo do Vale Refeição		
	Custo Total (R\$)	Desconto (R\$)	Custo Efetivo (R\$)
	R\$ 374,00	R\$ 74,80	R\$ 299,20

Custo Total: Valor do vale refeição.

Desconto: Contrapartida do empregado em relação ao benefício.

Custo efetivo: Valor que a administração repassará à contratada.

3.1	VALOR DOS BENEFÍCIOS		
	Vale Transporte (R\$)	Vale Refeição (R\$)	Valor (R\$)
	R\$ 178,39	R\$ 299,20	R\$ 477,59

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE - CRPA

O custo de Reposição do Profissional Ausente corresponde ao valor que será pago toda vez que um empregado estiver ausente e será necessária sua reposição.

1º - Calcula-se o custo de um empregado por dia:

2º Calcula-se a necessidade de reposição do profissional em dias



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

3º Calcula-se o Custo de Reposição do Profissional Ausente nas ausências legais

III	Custo diário para reposição do profissional ausente		
	Base de Cálculo (R\$)	Dias Trabalhados	Valor (R\$)
	R\$ 3.095,63	22,00	R\$ 140,71

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3.

Dias trabalhados: consideram-se os dias efetivos da jornada de trabalho = 22 (vinte e dois) dias para a jornada de 44 horas semanais.**Custo diário:** Base de cálculo ÷ Dias trabalhados.

Memória de Cálculo Número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento				
Categoria	Incidência Anual	Duração Legal da Ausência	44h	
			Proporção de Dias	Dias de Reposição
Férias	1,0000	30	69,04%	20,7120
Ausência justificada	1,0000	1	100,00%	1,0000
Acidente trabalho	0,1642	15	69,04%	1,7005
Afastamento por doença	1,0000	5	69,04%	3,4520
Consulta médica filho	0,1531	2	100,00%	0,3062
Óbitos na família	0,0000	2	69,04%	0,0000
Casamento	0,0000	3	100,00%	0,0000
Doação de sangue	0,0000	1	100,00%	0,0000
Testemunho	0,0000	1	100,00%	0,0000
Paternidade	0,0000	20	69,04%	0,0000
Maternidade	0,0000	180	69,04%	0,0000
Consulta pré-natal	0,0000	6	100,00%	0,0000

Categoria: Direito assegurado ao trabalhador, previsto na legislação trabalhista vigente, para os quais haverá necessidade de reposição do profissional por parte da empresa contratada.**Incidência:** Probabilidade de ocorrência da ausência, com base nos dados estatísticos apurados.**Duração Legal:** Quantidade de dias de afastamento, conforme legislação vigente.**Proporção de dias afetados:** 44h - considera a proporção de dias úteis que poderão ser afetados pelo afastamento. Para 2024 a previsão é de 252 dias úteis. Portanto: $252/365 = 69,04\%$ **Dias de reposição:** Quantidade provável de dias afetados pelo afastamento do profissional no ano.**Cálculo:** (Incidência anual x duração legal da ausência) x proporção de dias afetados

Estimativa da necessidade de reposição de profissional	
Composição	44h sem
Férias	20,7120
Ausência justificada	1,0000
Acidente trabalho	1,7005
Afastamento por doença	3,4520
Consulta médica filho	0,3062
Óbitos na família	0,0000
Casamento	0,0000
Doação de sangue	0,0000
Testemunho	0,0000
Paternidade	0,0000
Maternidade	0,0000



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

Consulta pré-natal	0,0000
Total para reposição	27,1707

VALOR DO MÓDULO 4

Custo diário	Necessidade de Reposição	Custo anual	Custo Mensal
R\$ 140,71	R\$ 27,17	R\$ 3.823,19	R\$ 318,60

Custo diário: valor do empregado por dia.

Necessidade de reposição: total de dias no ano que terá a necessidade da reposição devido a ausências legais.

Custo anual: Custo diário x Necessidade de Reposição

Custo mensal: Custo anual ÷ 12 meses

MÓDULO 5 - INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA

Composição dos insumos de mão-de-obra:

Submódulo 5.1 - Insumos dos Uniformes

Submódulo 5.2 - Insumos de Materiais

5.1	Insumos dos Uniformes		
	Base de Cálculo (R\$)	Perecentual (%)	Valor (R\$)
	R\$ 3.414,23	4,22%	R\$ 144,08

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4.

Percentual: Base de 2018 corrigido pelo IPCA, abaixo detalhado:

INSUMOS DOS UNIFORMES PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - 2024

2020	IPCA ACUMULADO - 01/2020 à 12/2023	AUMENTO	TOTAL
4,52%	27,31%	1,23%	5,75%

Valor: Base de cálculo x percentual.

5.2	Insumos de Materiais - <i>Foram retirados pois insumos de limpeza fornecidos</i>			
	Base de Cálculo (R\$)	Insumos (R\$)	Cofins (R\$)	Valor (R\$)
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Submódulo 5.1.

Insumos: Base de Cálculo x percentual de 12% em relação a soma de todos os itens de custo para cada cargo de Servente

COFINS: Corresponde ao percentual de 9,25% incidente no custo dos insumos

***Obs:** Retira-se o valor correspondente ao COFINS (9,25%) nessa etapa da planilha, visto que será tributado no módulo CITL, evitando assim bitributação.

Valor: Insumos - COFINS

VALOR DO MÓDULO 5

SUBMÓDULO 5.1	SUBMÓDULO 5.2	Custo Mensal
R\$ 144,08	R\$ -	R\$ 144,08

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL

Para a obtenção do preço de referência para contratação de um posto de serviço acrescenta-se ao Custo Total do empregado os Custos Indiretos, Tributos e Lucro. O percentual referente ao CITL utilizados tem por base a metodologia adotada pela FIA em estudos desenvolvidos em 2014/2015

Os índices utilizados pela FIA para o cálculo do CITL tem origem nos estudos elaborados pelo Governo do Estado de SP, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal sem, contudo, serem limitadores. Os valores obtidos por esses estudos são:



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE CORIBE

CNPJ n.º 13.912.084/0001-81

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Licitação n.º:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

<i>CI</i>	<i>Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais</i>	3,00%
<i>L</i>	<i>Lucro antes do Imposto de Renda</i>	6,79%
<i>T</i>	Tributos	14,25%
	C1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)	9,25%
	C1.1 - PIS	1,65%
	C1.2 - COFINS	7,60%
	C3 - Tributos Municipais (ISSQN)	5,00%
	C3.1 - ISSQN	5,00%

Percentual do CITL: obtido através da fórmula adotada pela FIA:

$$CITL = \frac{1 + CI}{1 - T - L} = \frac{1 + (3,00\%)}{1 - (14,25\%) - (6,79\%)} = 30,45\%$$

VALOR DO MÓDULO 6

Base de Cálculo	Percentual	Valor
3.558,31	30,45%	R\$ 1.083,35

VALOR TOTAL POR TRABALHADOR

CATEGORIA	VALOR
Remuneração	R\$ 1.426,80
Encargos Sociais e Benefícios sobre a mão de obra	R\$ 1.191,24
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 477,59
Reposição do Profissional	R\$ 318,60
Insumos de Mão de Obra	R\$ 144,08
CITL	R\$ 1.083,35
VALOR TOTAL	R\$ 4.641,66



ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE CORIBE

CNPJ n.º 13.912.084/0001-81

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Licitação n.º

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024**CUSTO - SERVENTE SEM INSALUBRIDADE****MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO**

I	Dados do Salário	Valor (R\$)
A	Tipo de serviço e Categoria Profissional	Agente de Limpeza
B	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.426,80
C	Convenção Coletiva de Trabalho - Data Base	1º de Janeiro
D	Vigência da Convenção Coletiva de Trabalho	01/01/2024 a 31/12/2024
E	Convenção Coletiva de Trabalho no MTE - Vigente 2024	BA000001/2024

II	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.426,80
Total da Remuneração		R\$ 1.426,80

MÓDULO 2 - ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS, DIÁRIOS, MENSAIS E ANUAIS**GRUPO A**

A	Composição	%	Valor (R\$)
A1	INSS - empregador	20,00%	R\$ 285,36
A2	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 21,40
A3	SENAC ou SENAI	1,00%	R\$ 14,27
A4	INCRA	0,20%	R\$ 2,85
A5	SEBRAE	0,60%	R\$ 8,56
A6	Salário-Educação	2,50%	R\$ 35,67
A7	SAT- GIL/RAT	3,00%	R\$ 42,80
A8	FGTS	8,00%	R\$ 114,14
Total		36,80%	R\$ 525,06

GRUPO B

B	Composição	%	Valor (R\$)
B1	Auxílio Enfermidade	9,37%	R\$ 133,69
B2	13º Salário	2,87%	R\$ 40,95
B3	Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,29
B4	Faltas Justificadas	0,54%	R\$ 7,70
B5	Auxílio Acidente de Trabalho	0,33%	R\$ 4,71
B6	Férias Gozadas	0,06%	R\$ 0,86
B7	Salário Maternidade	0,34%	R\$ 4,85
B8	Férias Gozadas	3,12%	R\$ 44,52
B9	Salário Maternidade	9,37%	R\$ 133,69
Total		26,02%	R\$ 371,25

GRUPO C

C	Composição	%	Valor (R\$)
----------	-------------------	----------	--------------------



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Licitação n.º	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024		
C1	Aviso prévio indenizado	4,66%	R\$ 66,49
C2	FGTS sem aviso prévio	0,28%	R\$ 4,00
C3	Reflexos no Aviso Prévio Indenizado	0,70%	R\$ 9,99
C4	Multa FGTS	3,93%	R\$ 56,07
C5	Contribuição Social 10% sem FGTS	0,98%	R\$ 13,98
C6	Indenização Adicional	0,09%	R\$ 1,28
Total		10,64%	R\$ 151,81

GRUPO D

D	Composição	%	Valor (R\$)
D1	Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	9,57%	R\$ 136,54
D2	Incidência sobre o Salário maternidade	0,46%	R\$ 6,56
Total		10,03%	R\$ 143,11

Percentual de Encargos Sociais - Conforme Convenção Coletiva de Trabalho	83,49%
Valor dos Encargos Sociais - Conforme Convenção Coletiva de Trabalho	R\$ 1.191,24

MÓDULO 3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

III	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Auxílio Alimentação (22) dias	R\$ 374,00
A -	Desconto legal sobre Auxílio Alimentação (máximo 20% sobre o custo)	R\$ 74,80
B	Vale-Transporte (52 conf. Cláusula Décima da Convenção)	R\$ 264,00
B -	Desconto legal sobre transporte (máximo 6% sobre o salário-base)	R\$ 85,61
Total de Insumos Diversos		R\$ 477,59

Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios	R\$ 3.095,63
---	--------------

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE MÃO DE OBRA AUSENTE

IV	Reposição de Profissionais	Valor (R\$)
A	Custo de Reposição de Profissionais Ausentes	R\$ 318,60
Total de Reposição		R\$ 318,60

Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios + Insumos	R\$ 3.414,23
---	--------------

MÓDULO 5 - INSUMOS DA MÃO DE OBRA

V	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 144,08
B	Materiais, manutenção e depreciação dos equipamentos	R\$ -
Total de Insumos Diversos		R\$ 144,08

Total Remuneração + Encargos Sociais + Benefícios + Reposição + Insumos	R\$ 3.558,31
---	--------------

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CITL

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Licitação n.º

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

VI	Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL	%	Valor (R\$)
	CITL - formula da Fundação Instituto de Administração - FIA 2014/2015	30,45%	R\$ 1.083,35
CI	Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais		3,00%
L	Lucro antes do Imposto de Renda		6,79%
T	Tributos		14,25%
	C1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)		9,25%
	C1.1 - PIS		1,65%
	C1.2 - COFINS		7,60%
	C3 - Tributos Municipais (ISSQN)		5,00%
	C3.1 - ISSQN		5,00%

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Salário Base	R\$ 1.426,80
B	Módulo 2 - Encargos Sociais e Benefícios	R\$ 1.191,24
C	Módulo 3 - Benefícios Mensais e Diários	R\$ 477,59
D	Módulo 4 - Custo de Reposição de Mão de Obra Ausente	R\$ 318,60
E	Módulo 4 - Insumos da Mão de Obra	R\$ 144,08
	Subtotal (A + B + C + D):	R\$ 3.558,31
F	Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.083,35
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 4.641,66



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE CORIBE

ANEXO VI

FOLHA DE DADOS PARA CONTRATO

Pregão Eletrônico para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização com e sem motorista destinados as necessidades do Município de Coribe - Bahia.

FOLHA DE DADOS

DADOS DA EMPRESA

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

Telefone(s):

Fax:

DADOS DA PESSOA QUE ASSINARÁ O CONTRATO

Nome Completo:

Endereço Residencial:

Cidade:

CEP:

Cargo:

RG N.º

CPF N.º:

CONTATO NA EMPRESA

Nome Completo:

Cargo:

Telefone(s):

Fax: ()

E-mail:

Obs.: Caso a representação seja por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2024.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º.....

Observação: Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os envelopes da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato ou da ata de registro de preços referente a este procedimento licitatório. A não apresentação dessa folha não implicará a inabilitação da Proponente.